



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**DÉBORAH MONNISE CONRADO**

**A PERCEPÇÃO DO FORTALEZENSE SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: A  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO CULTURAL**

**FORTALEZA**

**2021**

DÉBORAH MONNISE CONRADO

A PERCEPÇÃO DO FORTALEZENSE SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: A  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO CULTURAL

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C764p Conrado, Déborah Monnise.

A percepção do fortalezense sobre o patrimônio cultural da cidade : a Educação Patrimonial na preservação cultural / Déborah Monnise Conrado. – 2021.  
66 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Patrimônio Cultural. 2. Educação Patrimonial. 3. Preservação Cultural. I. Título.

CDD 020

---

DÉBORAH MONNISE CONRADO

A PERCEPÇÃO DO FORTALEZENSE SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: A  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO CULTURAL

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jefferson Vera Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa  
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Examinador)

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Oliveira Costa  
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Examinadora)

---

Profa. Dra. Lídia Eugênia Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará (UFC) (Suplente)

A Deus.

Aos meus pais, Conrado e Suely.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, aquele em quem confio, meu refúgio e fortaleza.

Agradeço aos meus pais por todo suporte e investimento na minha educação. À minha mãe, minha amiga de todas as horas, minha alegria diária e ao meu pai, pelo incentivo e cuidado. Às minhas tias, Glairta e Ray, por todo amor que sempre destinaram a mim.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jefferson Veras, pela gentileza e ótima orientação. Agradeço também a contribuição da professora Juliana Buse nos primeiros passos desta pesquisa. Aos queridos professores da banca por aceitarem o convite e aos demais professores do curso de Biblioteconomia pelos ensinamentos durante esses quatro anos de graduação.

Gratidão aos amigos das partidas de uno e café no “Ventão”: a Jisele, minha dupla de trabalhos e risadas em momentos inapropriados; ao Anderson, pelos abraços nos momentos de alegria e desespero; a Karol e a Criz, pelo apoio em situações dentro e fora do ambiente acadêmico; a Rennata, por ser essa pessoa maravilhosa. Também não poderia deixar de agradecer a Jaynne, ao Alex, a Gil, a Valnice e a Thaís, pessoas que me aproximei muito depois, mas que tenho um carinho grande.

Agradeço à Universidade Federal do Ceará pelo compromisso em proporcionar um ensino público de qualidade. E, à minha querida cidade de Fortaleza que inspirou este trabalho e às pessoas que responderam ao questionário, contribuindo para que ele fosse realizado.

“Fortaleza eu te conheço

Desde o dia em que eu nasci (...)

Se hoje lembro a sua história é porque eu  
insisti”. (Cidadão Instigado, álbum  
Fortaleza, 2015).

## RESUMO

Trata sobre cultura e patrimônio, tendo como foco o Patrimônio Cultural de Fortaleza, apresentando o papel da Educação Patrimonial para a sua preservação cultural. Assim, o principal objetivo é analisar em que medida a percepção do patrimônio cultural de Fortaleza pelos sujeitos que nele estão inseridos, pode contribuir para a preservação cultural da cidade, quando aliado às práticas educativas patrimoniais. Logo, esse estudo buscou como objetivos específicos: compreender a cultura e o patrimônio sob seus aspectos históricos e sociais, além de identificar a visão dos respondentes sobre o cenário cultural fortalezense e, por fim, apresentar a Educação Patrimonial na conservação da identidade e memória coletiva da cidade. O estudo foi desenvolvido em caráter exploratório, sob abordagem quanti-qualitativa, utilizando como procedimento técnico de coleta de dados o questionário. O instrumento foi aplicado nas redes sociais a um público diversificado, sendo relevante para a amostra pessoas que mantivessem alguma relação com a cidade de Fortaleza. As análises e interpretação dos dados ocorreram com base no método da Análise de Conteúdo. Como resultado, infere-se que a percepção do patrimônio cultural pode contribuir para que os indivíduos despertem para a noção de pertencimento à cidade. E, a partir disso, reconheçam a necessidade da importância da preservação cultural e de ações que cumpram com esse propósito.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Preservação Cultural.



## **ABSTRACT**

It deals with culture and heritage, focusing on the Cultural Heritage of Fortaleza, presenting the role of Heritage Education for its cultural preservation. Thus, the main objective is to analyze to what extent the perception of the cultural heritage of Fortaleza by the subjects who are inserted in it, can contribute to the cultural preservation of the city, when allied to the heritage educational practices. Therefore, this study aimed as specific objectives: to understand culture and heritage under its historical and social aspects, in addition, to identify the interviewees' responses about the cultural scene in Fortaleza and, finally, to present Heritage Education in the conservation of identity and collective memory of the city. The study was developed on an exploratory basis, using a quantitative and qualitative approach, using the questionnaire as the technical procedure for data collection. The instrument was applied on social networks to a diverse audience, being relevant to the sample who had some relationship with the city of Fortaleza. The discussions and interpretation of the data occurred based on the Content Analysis method. As a result, it is inferred that the perception of cultural heritage may contribute to awakening the sense of belonging to the city. And from that, recognize the need for the importance of cultural preservation and actions that fulfill this purpose.

**Keywords:** Cultural Heritage. Heritage Education. Cultural Preservation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes .....	42
Gráfico 2 - Categorias do Patrimônio Cultural de Fortaleza .....	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PERCEPÇÃO, PERTENCIMENTO E PRESERVAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
2.1	Conceito de percepção .....	15
2.2	Conceito de pertencimento .....	17
2.3	Conceito de preservação .....	20
<b>3</b>	<b>CULTURA, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
3.1	Conceituando cultura e patrimônio .....	26
3.2	Patrimônio Cultural de Fortaleza .....	31
3.3	Educação para a preservação do patrimônio .....	34
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>41</b>
5.1	A percepção do fortalezense sobre o Patrimônio Cultural da cidade: A Educação Patrimonial na preservação cultural da cidade .....	41
5.1.1	<i>Perfil dos respondentes .....</i>	41
5.1.2	<i>A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza .....</i>	43
5.1.3	<i>Educação Patrimonial, suas ações e seus agentes .....</i>	51
5.1.4	<i>A preservação do patrimônio cultural da cidade .....</i>	55
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONDENTES ..</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural se constitui como uma fonte de conhecimento para diversas áreas como a história, a arqueologia, a antropologia e outras. Desta forma, considera-se que o seu reconhecimento pode contribuir para enriquecimento individual e coletivo de uma comunidade, região ou povo.

Inúmeros são os meios com que as pessoas podem encontrar informações a respeito da história, da literatura e da cultura popular, seja através de narrativas orais de seu povo, monumentos arquitetônicos e acervos especiais. No entanto, percebe-se o fato de que os bens materiais e imateriais têm perdido sua força enquanto fontes que materializam a historicidade e preservam a identidade local.

O poder público lida com a preservação e promoção dos bens culturais, especialmente, na instituição de leis, mas ainda se mostra um tanto débil em relação às ações que sejam efetivas e consistentes.

Desta forma, o desconhecimento da sociedade sobre os fatos que integram sua própria história se torna relevante para pensar o papel da Educação Patrimonial, enquanto instrumento que pode contribuir na produção de novos conhecimentos, a partir do incentivo à valorização e à apropriação da herança cultural.

Assim, entende-se que a elaboração de ações por meio do trabalho de Educação Patrimonial, um processo ativo de conhecimento através das evidências e manifestações culturais, ajuda a reforçar a importância da preservação do patrimônio para o fortalecimento das culturas regionais e nacionais.

Neste ponto, apresenta-se também a relação interdisciplinar entre este campo e a Biblioteconomia, na qual se destaca a atuação do bibliotecário como mediador da informação cultural, promovendo o diálogo na comunidade, colaborando para o protagonismo dos indivíduos para conhecerem e se tornarem atuantes no que concerne a sua história e memória. Como mostra Carteri (2004, p.42): “Desnecessário, mas inevitável reafirmar: Biblioteconomia e Educação Patrimonial convergem e complementam-se”, isto é, ambos dialogam com o patrimônio histórico-cultural em sua função social.

A partir disso, este trabalho se concentra na análise das percepções dos fortalezenses acerca do patrimônio cultural com o intuito de sensibilizar a comunidade para a importância da valorização do legado histórico e cultural, por meio de ações educativas que colaborem para a preservação do patrimônio cultural. Portanto, busca

responder a seguinte questão: “A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza pode contribuir para a sua preservação cultural?”.

Assim, foi traçado como objetivo geral da pesquisa: Analisar em que medida a percepção do patrimônio cultural de Fortaleza pelos sujeitos que nele estão inseridos, pode contribuir para a preservação cultural da cidade, quando aliado às práticas educativas patrimoniais, e como objetivos específicos:

- a) Abordar a cultura e o patrimônio, a fim de compreender seus aspectos históricos e sociais no contexto da pesquisa;
- b) Identificar como os respondentes percebem e o que conhecem sobre o patrimônio cultural de Fortaleza;
- c) Apresentar a importância da Educação Patrimonial para a preservação da cultura, identidade e memória coletiva de Fortaleza.

Com isso, acredita-se que a relevância desse estudo se materializa na possibilidade de despertar novos passos na promoção de ações concretas e efetivas de preservação cultural. Assim, se mostra pertinente tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, visto que ao analisar, contextualizar e refletir sobre o legado cultural fortalezense, pode contribuir para um novo olhar sobre a cidade e a sua história.

Desse modo, a pesquisa se divide em quatro capítulos, sendo estes: o primeiro apresenta os termos percepção, pertencimento e preservação, numa abordagem conceitual, relacionando-os entre si e com temas como memória e identidade. As principais obras e autores recorridas para o embasamento teórico desta seção são: *Convite à Filosofia* (CHAUI, 2000), *História e Memória* (LE GOFF, 1990), *Memória, esquecimento e silêncio* (POLLACK, 1992) e *O que é patrimônio histórico?* (LEMOS, A.C, 1981).

O segundo capítulo versa sobre cultura, patrimônio e educação, também tendo como proposta uma conceituação, mas de uma maneira mais reflexiva, mantendo uma transversalidade com outros assuntos, como a história local, as políticas públicas e legislação sobre cultura e a importância de ações educativas patrimoniais.

Aqui destacam-se: *A ideia de cultura* (EAGLETON, 2005), *O campo do patrimônio cultural* (MENESES, 2009), *Guia Básico de Educação Patrimonial*

(HORTA, M.L.P.; MONTEIRO, A.Q.; GRUNBERG, E.; 1999). Além das obras da Coleção Primeiros Passos: *O que é educação?* (BRANDÃO, 1989) e *O que é cultura?* (SANTOS, J.L, 2006).

A terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, com base em *Fundamentos de Metodologia Científica* (MARCONI; LAKATOS, 2003) e *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (GIL, 2008). A quarta parte traz os resultados e discussões dos dados, à luz da Análise do Conteúdo (BARDIN, 1977). Por fim, a conclusão expõe de forma breve sobre o desenvolvimento da pesquisa e da análise realizada, bem como a importância da temática para a área da Biblioteconomia.

## 2 PERCEPÇÃO, PERTENCIMENTO E PRESERVAÇÃO

Os versos do Poema para Fortaleza retratam a cidade através de lugares e costumes que são comuns aos cidadãos<sup>1</sup>. Tanto que não é preciso um alto nível de sensibilidade ou conhecimento para, através da leitura, realizar um passeio pela sua história, acessando memórias do passado que permanecem até o presente.

Em Fortaleza amo as coisas que não passam.  
 A molecada a jogar cabiçulinha  
 roendo milho, empinando uma arraia  
 dando fieira para o giro dos piões.  
 E amo do Forte sua fortitude  
 e o Mercado de São Sebastião.  
 Amo o velho Farol do Mucuripe  
 e as jangadas com os peixes da manhã.  
 E o cruzeiro de Soares Moreno  
 posto na lama do Rio Ceará.  
 Amo o Cocó, bela imitação de rio  
 que pescadores miseráveis aleitou.  
 De Fortaleza amo as carnaúbas  
 o vento aracati e os sanhaços  
 a Igreja do Rosário dos cativos  
 a Volta da Jurema com broche de coral  
 e o Passeio Público, também Praça dos Mártires,  
 cheia de heróis, de execuções, de horror.  
 E mais, bem mais posso dizer, pois amo  
 de Fortaleza as coisas que não passam  
 por teimosia, só por teimosia,  
 com suas línguas de rebelião!  
 (PONTES, 1996, 80 citado por MARTINS, 2005, p.55)

É preciso convir que esse legado de memórias se apresenta paulatinamente de forma esparsa de uma geração a outra. Nesta medida, acredita-se que despertar a percepção para os elementos culturais que compõem a cidade pode gerar a noção de pertencimento e, conseqüentemente, contribuir para a preservação cultural do seu patrimônio.

Isto posto, apresenta-se os termos que intitula este capítulo de forma particular, relacionando-os entre si e com outros conceitos pertinentes para a compreensão da temática.

---

<sup>1</sup> Pessoas que pertencem a cidade, seja porque nasceram ou habitam nela.

## 2.1 Conceito de percepção

Perceber é o ato de compreender o sentido das coisas por meio das sensações e, também, do intelecto. Assim, fundamentando-se numa acepção filosófica, para que se possa adentrar ao conceito de percepção é necessário fazê-lo sem o desvincular do conceito de sensação.

Até o século XX, a tradição filosófica apresentava duas concepções sobre percepção e sensação: a empirista e a intelectualista. Na teoria empírica, o conhecimento sensível é entendido a partir dos estímulos que o corpo recebe de forma isolada, cabendo à percepção a sua unificação e organização. Por outro lado, na teoria intelectualista, o sujeito ativo é quem organiza e interpreta as sensações.

Isto é corroborado por Chauí (2000, p.151), na qual mostra que, para os empiristas, a sensação conduz à percepção numa síntese passiva, dependendo do objeto exterior. Para os intelectualistas, no entanto, a sensação conduz à percepção e depende da atividade do entendimento.

Em contrapartida a essa visão dualista, a Filosofia deste século propõe uma nova concepção para o conhecimento sensível, a partir da psicologia da forma - também conhecida como Gestalt, termo alemão que significa: figura estruturada - e da fenomenologia de Husserl, que apontam: “sentimos e percebemos formas, isto é, totalidades estruturadas dotadas de sentido ou de significação” (CHAUÍ, 2000, p. 153), não existindo, portanto, diferença entre sensação e percepção. Ainda conforme Chauí (2000), a percepção se dá entre o corpo-sujeito e os corpos-objetos, na inter-relação com o mundo interior e o mundo exterior, a partir de significações visuais, tácteis, olfativas, gustativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e linguísticas.

Para traçar uma definição sobre o termo considera-se essa expressa por Tuan (1980, p.14): “a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos são pouco eficazes quando não são ativamente usados”. A visão do autor pode ser complementada com o que afirma Chauí (2000, p. 154): “a percepção é uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo.”

No entanto, para além de uma mera conceituação, a percepção também envolve características, tanto no aspecto individual, quanto no aspecto coletivo, seja “[ ... ] a personalidade do sujeito, sua história pessoal, sua afetividade, desejos e paixões [ ... ] a vida social [ ... ]”. (CHAUÍ, 2000, p.155).



Conforme a ideia empirista e intelectualista, a percepção estaria permeada por certa ilusão sobre o mundo percebido, dependendo do ângulo em que é observado. No entanto, “[...] o percebido não está ‘deformado’ por nada, pois ver não é fazer geometria nem física. Não há ilusões na percepção; perceber é diferente de pensar e não uma forma inferior e deformada do pensamento.” (CHAUÍ, 2000, p.157).

Quanto a isso, Santos, R. (2015, p. 201) afirma que “essa ambiguidade que se faz presente na experiência perceptiva é, justamente, a condição de possibilidade para o fluxo interminável do conhecimento”. Conforme esse pensamento, pode-se dizer que existem maneiras distintas de se observar e analisar um mesmo ponto, uma mesma questão, sem que se esgotem as diversas perspectivas.

O fato é que “ouvindo, cheirando, tocando, vendo, provando, movendo-se, nominando, o homem se torna conhecedor do mundo que o cerca. Pelos sentidos, insere-se e constrói seu mundo - o mundo vivido.” (BORTOLINI, 1999, p.33). Esse mundo vivido é composto pelas experiências de cada sujeito e fazem parte de sua identidade, sendo constantemente ressignificado à medida em que novas vivências se agregam a ele.

Boni e Hoffmann (2011, p. 152) explicam que “o ambiente é, conseqüentemente, portador de significado e a identidade das pessoas se desenvolve, de certa maneira, em função dos lugares”. Nesse sentido, a cidade se coloca como um lugar na qual os indivíduos podem desfrutar de experiências perceptivas, pois:

[...] a percepção dos lugares de vivência e da cidade influenciam os processos identitários. Cada pessoa produz uma série de associações com algumas partes de sua cidade, e a imagem de cada uma está impregnada de lembranças e significados. Os habitantes não são meros observadores, mas sim “parte” do lugar, e uma boa imagem do ambiente lhes oferecem um importante sentimento de segurança emocional. (BONI; HOFFMANN, 2011, p. 153).

Tuan (1980, p.12) menciona que “uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena”. Ou seja, para que se possa criar laços identitários com o lugar é preciso fazer parte ativamente dele com todos e em todos os sentidos, a partir de seu pertencimento.

## 2.2 Conceito de pertencimento

As experiências nesse ir e vir no mundo são capazes de despertar o sentimento de pertencimento, visto que os lugares resguardam memórias que constituem lembranças afetivas das quais as pessoas reconhecem e se integram. Desta forma, Moriconi (2014, p.14) aponta que:

Pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e conseqüentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria.

Esse sentimento de pertença também tem relação com a noção de participação, pois, “[ ... ] acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar.” (DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2006).

O local de pertencimento está ligado aos laços afetivos que o sujeito cria com o lugar, tendo por este um sentimento de apreciação, denominado por Tuan (1980, p.5) como topofilia, a qual define como o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” e reforça que “[ ... ] é mais do que um sentimento difuso, sem nenhuma ligação emocional.” (TUAN, 1980, p. 129).

Aqui, é relevante mostrar a diferença entre lugar e espaço, pois, embora sejam fundamentais na concepção um do outro, ambos podem ser confundidos. Assim, o espaço é estável e duradouro, enquanto o lugar é momentâneo e particular. “Humanizado, o lugar pode ser o lar, a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. O espaço é transformado em lugar nas experiências cotidianas e é carregado de valores simbólicos.” (BONI; HOFFMANN, 2011, p.152).

Isto é, o espaço é abstrato, sendo o lugar constituído por ele de forma estruturada, através das memórias que nele são construídas.

Enquanto um espaço não possui afeições, referências ou sensações será apenas um espaço, mas na medida em que este espaço passa a registrar em si os movimentos da história, passando a ter significado próprio, torna-se um lugar, pois pode ser captado pela memória através dos sentidos e do corpo (que percebe todo o espaço através dos cinco sentidos). Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. (MENTZ, 2011, p. 38)

Boni e Hoffmann (2011, p.151-159) definem lugar como “[ ... ] um local de pertencimento, no qual o sujeito se reconhece, tem enraizamento e vivência”. A existência de um lugar está condicionada às experiências humanas significativas que este favorece e isto requer uma relação com a natureza, com suas origens e com sua memória.

Tuan (1980, p.114) destaca que “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Desta forma, entende-se que a cultura, a memória e o patrimônio podem gerar essa afeição pelo ambiente.

Neste ponto, cabe atentar apenas ao conceito de memória. Le Goff dispõe de um capítulo na obra *História e Memória* (1990), na qual discorre sobre o tema, destacando as diversas perspectivas em que está inserida, seja na Psicologia, na Biologia, inclusive, nas Ciências Humanas. No entanto, será considerada esta última no âmbito desta pesquisa.

Desta forma, a memória é posta pelo autor como “[ ... ] um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [ ... ]”. (LE GOFF, 1990, p. 476). Assim, depreende-se que a memória é tanto um fenômeno individual, quanto coletivo e, portanto, consistirá da interferência dos sujeitos na sociedade e desta no processo de rememoração das pessoas.

Embora não seja o caso de estabelecer uma divisão entre ambas, algumas características podem ser destacadas em cada uma delas. Segundo Halbwachs (1990), enquanto a memória individual é uma memória ressignificada, um ponto de vista sobre a memória coletiva, esta, por sua vez, é constituída por muitas memórias, numa relação entre passado e presente.

Porém, ao contrário do que parece, a memória individual não é isolada e, assim como a memória coletiva, acontece de forma contínua. Pollack (1992) destaca três elementos importantes na constituição da memória: os acontecimentos, os personagens e os lugares.

Para o autor, os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou vividos pelo grupo que os sujeitos fazem parte. Assim, “[ ... ] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.” (POLLACK, 1992, p.201). Portanto, nem sempre os acontecimentos

são efetivamente presenciados no espaço-tempo dos indivíduos ou da coletividade, mas são transmitidos de uma geração a outra.

Os personagens, assim como os acontecimentos, são aqueles que marcaram direta ou indiretamente, sejam conhecidos, pertencentes ou não ao mesmo espaço-tempo das pessoas. No tocante aos lugares, Pollack (1992, p. 202) destaca que “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”.

Isto é, a memória em torno do lugar pode ser importante para a pessoa, no entanto, não é preciso que tenha sido efetivamente habitado por ela, ainda assim, “[...] fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento”. (POLLACK, 1992, p. 202)

Para ilustrar estes elementos, retoma-se os versos 17 e 18, onde Pontes (1996, 80 citado por MARTINS, 2005, p.55) ao falar da “[ ... ] Praça dos Mártires / cheia de heróis, de execuções, de horror [ ... ]”, remete à Confederação do Equador, importante marco na história do Brasil.

Recorrendo-se aos fatos históricos, esta revolução que teve início em Pernambuco, se espalhou para outras províncias do Nordeste, inclusive para o Ceará. Grupos populares lutavam contra a tentativa de recolonização imposta pela Coroa Portuguesa, o que resultou em muitos participantes sendo executados em praça pública.

Os versos destacados evocam um acontecimento, de forma direta, ao aludir às “execuções” e, indiretamente, através do auxílio das fontes históricas, à Confederação do Equador, ora mencionada. Da mesma forma, seus personagens são evocados pelo termo “heróis” que se configuram em nomes como Padre Mororó, Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves. Por último, o lugar é referido como a “Praça dos Mártires”, também concebido como um lugar de memória.

Por mais que não se tenha vivenciado esses eventos, eles permanecem como parte da história do Ceará, estendendo-se também à cidade de Fortaleza, seja através das ruas que carregam os nomes dos mártires da revolução ou a praça que os homenageia, atual Passeio Público.

A memória é, portanto, caracterizada por esses elementos que a organizam de forma seletiva, pois “[ ... ] nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” e é

também um "fenômeno construído socialmente", em função do espaço-tempo em que é estruturada. (POLLACK, 1992, p. 203-204).

Além disso, a memória pode ser considerada como algo que é herdado pelo grupo ou pelos sujeitos através da identificação desses com os acontecimentos e, por isso, mantém uma forte relação com a noção de identidade, isto é, “[ ... ] há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.” (POLLACK, 1992, p. 204).

Dizer que a memória abriga uma aproximação com a identidade se deve ao fato de que ambas decorrem de uma relação de troca, de negociação com o outro. Isto significa que a memória é parte na construção da identidade, visto que esse sentimento se constitui a partir da imagem que os indivíduos têm de si e que constroem para si e para os outros, resguardando a noção de pertença ao grupo.

Nesse contexto, corroborando com a referida definição de pertencimento, na qual o sentimento de cuidar se faz presente, é preciso lembrar que a efemeridade das relações contemporâneas pode ocasionar o esquecimento da memória. Por isso, a prática da preservação é o meio possível de resguardá-la de ser fadada ao silêncio ao longo das gerações.

### **2.3 Conceito de preservação**

Proteger e resguardar são palavras sinônimas para o ato de preservar. Etimologicamente, derivado do latim *praeservare*, o termo preservação significa observar previamente. De fato, ao ter como sentido o cuidado com algo, trata de olhar com atenção para o bem da qual se pretende manter, a fim de protegê-lo dos possíveis riscos que possam comprometer a sua integridade.

Do ponto de vista jurídico, é comum que o conceito de preservação seja confundido com o tombamento. Segundo Rabello (2009), aquele carrega uma noção mais abrangente, pois envolve toda e qualquer ação tomada pelo Estado que tencione a conservação da memória dos fatos e dos valores culturais da nação. Ou seja, não se restringe a uma norma específica, sendo o tombamento apenas um dos instrumentos legais que a torna efetiva.

O ato de tomar significa registrar e inventariar um bem, tendo em vista a sua proteção material pela importância histórica, cultural, arqueológica, entre outros aspectos, sendo o recurso mais antigo voltado à preservação do patrimônio.

Dos tempos do Império até a República Velha, a proteção aos bens foi silenciada pelos governos, consistindo em um passado opressor sobre o qual as provas de acontecimentos históricos foram destruídas. Como exemplo, a polêmica queima de arquivos sobre a escravidão negra pós-abolição por Rui Barbosa. Além disso, a história brasileira era muito ligada à Corte portuguesa que valorizava a cultura erudita, estando restrita à elite. (LEMOS, 1981)

Nos anos 1920, com a popularização do estilo neocolonial, tornou-se comum a reforma de construções coloniais ou o aproveitamento de suas partes na composição de novas obras arquitetônicas, demonstrando o pouco-caso com a proteção dos bens.

Nesse período, não havia a criação de políticas públicas realmente destinadas à proteção do patrimônio cultural em sua complexidade. Quando surgiam, havia uma preocupação em se manter a "pedra e cal", como se costuma nomear o patrimônio de natureza imóvel.

Em 1925, houve um pequeno avanço quanto aos materiais a serem resguardados, através do projeto de lei do jurista Jair Lins que incluía também a conservação dos bens de natureza móveis. (LEMOS, 1981)

A prática preservacionista passou a ser instaurada no Brasil somente a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar das políticas de preservação dos bens patrimoniais. Com a criação e a implementação de políticas públicas culturais e de dispositivos legais foi que as diferentes formas de cultura passaram a ser pensadas como patrimônio. (FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE EDUCAÇÃO PARA PATRIMÔNIO, 2020)

Assim foram traçadas as primeiras diretrizes quanto à organização, à conservação e à preservação em nível nacional. Prova disso foi a elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. É comum na literatura considerar esse plano como a base para a instituição do Decreto-lei nº 25/1937 que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dirigido pelo jornalista Rodrigo Melo de Franco Andrade.

O projeto idealizado pelo escritor é conhecido e mencionado até hoje pela forma inovadora e visionária como tratou do patrimônio, entendendo-o na sua totalidade. Para além de um olhar sobre os bens de natureza arquitetônica, incluía

toda e qualquer obra de arte pura, popular ou erudita, de residentes nacionais ou estrangeiros, dos diferentes setores da sociedade.

O patrimônio para ele estava voltado à arte, em um sentido amplo, que agrupava em oito categorias, cada uma abrangendo uma especificidade, sendo estas: “1) arte arqueológica; 2) arte ameríndia; 3) arte popular; 4) arte histórica; 5) arte erudita nacional; 6) artes aplicadas nacionais, e 8) artes aplicadas estrangeiras”. (ANDRADE, 1981, p.40).

Por se tratar de um projeto ousado para época em que foi elaborado, impasses como a falta de estrutura administrativa e financeira dificultaram a sua realização. Além disso, a visão expressa pelas propostas de Mário de Andrade mostram que sua concepção soava como uma utopia, posto que havia uma realidade de lutas e embates políticos em torno do patrimônio.

Muitas dessas ideias não foram adotadas pelo SPHAN, que deu prioridade a um plano mais sucinto, como se vê no artigo 1º da legislação:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Isso se deu em um contexto em que novas universidades estavam surgindo e áreas de conhecimento se desenvolvendo. Desta maneira, cada esfera delineava diferentes concepções sobre o patrimônio, mostrando assim a realidade conflituosa em que esse campo foi construído. Portanto, o poder público restringiu-se a atender ao interesse público, especialmente, por questões jurídicas e administrativas.

Baseando-se em Chuva (2012), é importante mencionar que a constante recorrência ao anteprojeto apresentado por Mário de Andrade interfere na interpretação do contexto na qual o campo do patrimônio estava inserido naquele período. Embora não se possa negar sua figura emblemática para a criação de diretrizes sobre a proteção aos bens, sua visão cronológica e linear imprimiu "consequências para as formulações das políticas públicas por ela subsidiadas." (CHUVA, 2012, p.148)

A postura a ser seguida aqui recai sobre quais justificativas se dá a preservação. Quanto a isso, em referência ao capítulo da obra de Lemos (1981), “O que é patrimônio histórico?”, na qual indaga: “Por que preservar?”. Mais do que

conhecer os motivos para isso, o autor reforça a necessidade de saber "a quem se deve preservar e a que interesses devem se ater às ações preservadoras." (LEMOS, 1981, p.24).

Por abarcar um significado amplo, o ato de preservar deveria incidir sobre todos os elementos que compõem o patrimônio, tendo como interesse maior a salvaguarda da identidade cultural. As inúmeras transformações, tanto tecnológicas quanto culturais, pelo contato com outros povos que imigraram no país, além do domínio português influenciaram e condicionaram aspectos na construção da nacionalidade.

Nisso consiste a importância de se compreender como os empréstimos de outras culturas contribuem na valorização da cultura brasileira, sem a anular, como sugere Lemos (1981):

Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. (LEMOS, 1981, p.29)

Outro ponto seria a falsa ideia de que "tudo aquilo que por não prestar mais pode ser guardado como testemunho" (LEMOS, 1981, p.32). Talvez por esse motivo haja pouca importância no tema da preservação, por se acreditar que apenas o que não tem valor deve ser resguardado.

Em relação a quem interessa preservar, no entendimento de Lemos (1981), poucos têm uma visão que se atenha à preservação da memória em sua totalidade. Outros seguem a interesses particulares, dividindo assim o patrimônio cultural em patrimônios setoriais.

O autor exemplifica que o turismo aliado à administração local busca proteger patrimônio cultural paisagístico e arquitetônico em busca de faturamentos. A classe dominante, por sua vez, preserva em prol de manter viva a memória de seus antepassados, de uma forma saudosista e romântica. Os professores de engenharia e arquitetura preservam edifícios com fins didáticos. Os historiadores procuram preservar bens ligados ao seu campo de ação. (LEMOS, 1981)

Nesse sentido, vê-se que tantos são os patrimônios quantas são as inúmeras compartimentações da sociedade. Devido a relação desta pesquisa com o patrimônio de Fortaleza, é pertinente destacar o lugar da cidade enquanto bem



cultural, como preconizou Mário de Andrade ao mencionar os problemas da urbanização. Lemos (1981) aborda o assunto como Patrimônio Cultural Urbano.

Apenas nos anos 1970 passou a se preocupar com a preservação das cidades. A principal razão pela qual elas devem ser preservadas se dá pelo seu caráter social, congregando-se com fatores como a história, a política, a antropologia, a economia e a cultura.

Portanto, [...] o enfoque preservador de uma cidade não pode deter-se num artefato urbano isolado. Há de se perceber fundamentalmente as relações, algumas até necessárias, mantidas entre os bens culturais. (LEMOS, 1981, p. 47).

Isto é, não deve se ater unicamente a um monumento, uma paisagem ou um costume, mas sim, a cidade na interação com cada um de seus aspectos. A exemplo do poema que inicia este capítulo, onde aponta elementos que integram a cidade de Fortaleza e remontam comportamentos da vida cotidiana e de sua história.

Outra questão a ser observada é que, conforme a cidade se modifica, os bens são transformados e muito pouco é conservado, o que Lemos (1981) denomina como desmemória. Um recorte da obra História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a Cidade Amada pode ilustrar esse processo:

Conheci e frequentei, ocupada pela família Guimarães, a velha residência dos Governadores [ ... ] Tradicional e histórico prédio de nossa Capital, jamais devera ter sido derrubado pelo poder público, cuja obrigação seria precisamente a de conservar-lhe o aspecto primitivo. Essa não foi, porém, o primeiro desses crimes e estaria destinado a não ser, infelizmente, o último. (ADERALDO, 1998, p.143-144)

No capítulo em que traz esse relato, o historiador Mozart Soriano Aderaldo lamenta o alheamento das autoridades quanto a conservação dos bens e da sociedade que caracteriza como:

[ ... ] uma população que parece ter perdido a consciência do seu antigo valor e indiferente às coisas que realmente pesa na vida consente que exterminem as suas mais significativas tradições [ ... ] cuja memória desaparecerá com o escoamento dos anos... (ADERALDO, 1998, p.144)

É consenso que aos poucos foram se perdendo antigos espaços urbanos e elementos naturais em seu entorno, devido à falta de preparo daqueles que detém

o poder de fazer escolhas e pelo desinteresse da sociedade civil em questionar essas decisões.

É evidente que seria impossível reaver os elementos que compuseram as cidades no passado, sobretudo porque os constantes avanços operam na sociedade a busca por outros componentes que a liguem à sua identidade. Desta forma, o equilíbrio entre uma visão moderna e esses elementos ainda existentes é um primeiro passo para evitar a degradação ou esquecimento de memórias pertinentes para as próximas gerações.

Ressalta-se também que, para entender a importância de se preservar e o que preservar, é preciso definir claramente o que seja o patrimônio cultural, classificando e ordenando os bens que o integram. Isso passa por decisões democráticas que envolvam os diferentes atores sociais. Essas decisões devem prezar pela memória de todos os grupos, escolhendo a história que se quer resguardar sobre determinado tempo. Neste ponto, deve-se atentar quanto às hierarquias que contribuam para reforçar as desigualdades sociais.

Para isso, acredita-se que ainda é preciso lutar contra a falta de interesse e de pessoas habilitadas para lidar com esses problemas. Além disso, o incentivo do governo para a manutenção desses bens e na promoção de eventos culturais é essencial para a efetivação de políticas preservadoras.

Neste capítulo, buscou-se discutir os conceitos de percepção, pertencimento e preservação, pontuando os aspectos mais relevantes numa relação linear, na qual um é essencial para o despertar do outro.

Portanto, concomitante às ideias expostas até aqui, faz-se necessário entender o lugar da cultura, do patrimônio e da educação que possa contribuir no processo de conscientização e tomada de decisões práticas que visem o conhecimento e ações educativas preservadoras.

### 3 CULTURA, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO

De modo geral, as pessoas atribuem conceitos às palavras que acabam se tornando senso comum. Nesse sentido, a cultura se relaciona com a ideia de conhecimento, costumes e hábitos adquiridos pelo homem por meio da sua convivência em sociedade.

Por sua vez, o patrimônio remete aos bens e à memória deixados por antepassados e transmitidos ao longo das gerações. Já a educação refere-se ao processo pelo qual se dá o ensino e o aprendizado desses saberes.

A partir disso, o capítulo se divide em três partes: primeiro, discorre sobre cultura e patrimônio. Em seguida, estabelece a relação entre esses conceitos, apresentando o Patrimônio Cultural de Fortaleza. Por último, aponta a importância da Educação Patrimonial para a preservação cultural.

#### 3.1 Conceituando cultura e patrimônio

À cultura atribui-se significados diversos, sendo permeada por inúmeras discussões que revelam a natureza conflitiva na qual está inserida. Na obra “*A ideia de cultura*”, que embasa essa seção, Eagleton (2005) busca conceituar a palavra com base no conceito antropológico e estético das ciências sociais.

De início, o autor apresenta o conceito de cultura derivado do de natureza, que significa “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Nesse caso, cultura é uma atividade que envolve um processo material. Apenas com o tempo essa relação entre os termos passou a denotar as questões do espírito, a partir da mudança histórica da sociedade rural para a urbana.

Apoiando-se numa visão marxista, o texto expõe uma crítica ao fato de que os habitantes da cidade são “cultos” e os rurais não o são, pois “[...] a agricultura não deixa lazer algum para a cultura”. (EAGLETON, 2005, p.10). No entanto, o homem necessita da cultura para transcender a sua natureza, visto que o homem cultiva a si mesmo, moldando-se através da auto-reflexividade.

Quanto a sua origem, a palavra cultura vem da raiz latina *colere*, que significa “cultivar” e “habitar”, no sentido de ocupação e invasão, relativo ao termo contemporâneo *colonialismo*, na qual se supõe a imposição de uma cultura sobre a outra. Também pode significar “adorar” e “proteger”, relativo ao termo “culto”, numa

noção sagrada de divindade e transcendência, onde as verdades culturais são verdades sagradas que devem ser protegidas, sobre a qual recai a autoridade religiosa. (EAGLETON, 2005)

Quanto aos aspectos históricos, na Idade Moderna, a cultura passa a ter uma forte relação com civilização que, de acordo com Eagleton (2005, p.20), “[ ... ] era em grande parte um noção francesa [ ... ] nomeava tanto o processo de refinamento social, como o tólos utópico rumo ao qual se estava desenvolvendo.”

Assim, cultura deixa de ser tudo aquilo que é relacionado ao cultivo e vem a ser tudo aquilo que passou por refinamentos. No entanto, este processo civilizatório tende a pasteurizar a vida, ou seja, empobrecê-la com o intuito de torná-la mais adequada aos anseios da cultura dominante, sugerindo que o que havia antes é inferior ao que existia naquele momento.

Neste contexto, houve uma tendência ao processo de hierarquização das culturas na qual sugeria que cada sociedade estaria em um nível de desenvolvimento em uma escala evolutiva. Desta forma, a cultura europeia estaria em um grau elevado de civilização em comparação com as demais culturas que eram consideradas selvagens.

Essa teoria revela uma visão etnocêntrica que encontra apoio no conceito antropológico de Edward B. Tylor (1832-1917), que considerava cultura como o conjunto de leis, costumes, regras, tradições e religiões, sendo um todo complexo. Nesta concepção, a cultura seria atrelada a ação do homem sobre a própria natureza.

Em contraposição a isso, o Particularismo Histórico proposto por Franz Boas (1858-1942) rompia com a ideia de escala evolutiva e a uniformidade advinda da tradição iluminista. Não se preocupava com paralelismos comparativos, aproximando-se de uma perspectiva relativista. Portanto, não deveria ser analisada unicamente pelo olhar da cultura do observador.

Esse entendimento, próprio do relativismo cultural, pode ser controverso, pois corre-se o risco de encarar realidades concretas, como a opressão e o sofrimento, de forma indiferente. Pode-se citar como exemplo os países capitalistas que criavam teorias relativistas, no entanto, seguia destruindo povos e nações, mantendo uma relação hierárquica com outras culturas.

Em meio ao pensamento pós-modernista, propôs-se uma pluralização de cultura que atendesse “[ ... ] as culturas de diferentes nações e períodos, bem como de diferentes culturas sociais e econômicas dentro da própria nação”. (EAGLETON,

2005, p.25). Porém, vale ressaltar que cada cultura segue uma lógica interna, com suas características e seu modo.

Cada grupo tem costumes e práticas dentro de um contexto que perfazem a sua história. Como afirma Santos, J.L. (2006, p.12): “Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes”. Ou seja, cada realidade cultural provoca diferentes sentidos para quem vivencia.

Por isso, é necessário rebater a ideia de que existem culturas superiores, pois “[ ... ] não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. Existem, no entanto, processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas.” (SANTOS, J.L., 2006, p.17)

Dentre esses processos históricos, destaca-se a cultura popular que surge em oposição à “alta cultura”, aquela que designa as classes dominantes, marca da civilização, e possui forte vínculo com a ciência, a arte e a educação. A relação da cultura com o conhecimento é antiga, no entanto, não se pode excluir formas de conhecimento tidos como inferiores em detrimento apenas da arte, da pintura, da música, pois a cultura envolve-o em sentido amplo.

Isto porque, concomitantemente, operam as demais culturas e os conteúdos produzidos por elas. Com isso, o conhecimento da população também deve ser reconhecido como forma de cultura, a cultura popular que, segundo Santos, J.L. (2006, p. 55), se caracteriza como [ ... ] as manifestações culturais dessas classes, manifestações diferentes da cultura dominante, que estão fora de suas instituições, que existem independentemente delas, mesmo sendo suas contemporâneas.”

Em regra, as discussões em torno da cultura erudita e da cultura popular revelam uma nítida polarização entre elas. O fato de se pensar a cultura sempre atrelada à produção das classes dominantes dificulta a delimitação do que seja puramente produto da cultura popular. No entanto, isso pode gerar conclusões complexas, visto que:

“[ ... ] é a própria elite cultural da sociedade, participante de suas instituições dominantes, que desenvolve a concepção de cultura popular. Esta é assim duplamente produzida pelo conhecimento dominante [ ... ] que decide o que é cultura popular. (SANTOS, J.L. 2006, p.55)

Assim, a cultura erudita é quem produz a cultura popular. Assim, não há como tratá-las de forma isolada, pois ambas existem uma em relação à outra, ainda que se consolidem de modo desigual. Portanto, o que se deve procurar é a sua resistência em relação à dominação da cultura dominante.

Sobre a cultura também incidem diferentes preocupações que podem ser sociais, econômicas ou políticas. A cultura é, portanto, uma dimensão do processo social e entendê-la como algo mutável é fundamental, pois, embora as sociedades mantenham características que a distinguem, “[ ... ] não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua dinâmica”. (SANTOS, J.L., 2006, p.47).

Desta maneira, compreende-se que os conceitos de cultura são um tanto complexos, pois a cultura não é homogênea e, tampouco, existe uma única na qual os indivíduos estejam inseridos.

Assim como a cultura, o estudo do patrimônio é abrangente. O termo denota a noção de herança paterna, mas, usualmente, destaca-se pela ligação com a arte, a memória coletiva e a transmissão de saberes. Além disso, não se trata de um conceito moderno, como mostra Gonçalves (2003, p. 22):

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com o processo de formação dos Estados nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. (...) Podemos dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais.

Isso se torna relevante à medida que se entende o patrimônio como uma categoria essencial para a vida social da coletividade humana. No entanto, não existe uma uniformidade no tratamento deste conceito, posto que se insere em contextos precisamente delimitados. Fala-se em patrimônio econômico, patrimônio imobiliário e outros que se configuram no desenvolvimento das sociedades.

Neste ponto, é relevante pontuar no que consiste o patrimônio na abordagem desta pesquisa. Para o professor francês Hughes de Varine-Bohan, ele é dividido em três categorias, sendo elas: a natureza, constituída pelo meio ambiente, o lugar habitável; o conhecimento, composto pelos elementos do saber e suas técnicas como forma de sobrevivência ao meio; e os bens culturais, que surgem do “saber fazer” pelo homem.

Complementando essa ideia, defende-se que há um entrelaçamento entre todas as categorias do patrimônio e, por essa razão, eles deveriam ser vistos em

conjunto, pois, “[ ... ] se um deles não é guardado, se desarmoniza e se desequilibra”. (LEMOS, 1981, p.24-25)

Desta maneira, é preciso considerar a relação entre essas categorias e seus objetos inseridos em um contexto, uma vez que, postos de forma isolada “[ ... ] nada elucidam e mais nos constroem com sua inutilidade.” (LEMOS, 1981, p.12). Também vale rebater a vulgarização de que tudo é patrimônio, questionando os motivos e interesses de ser preservado.

Outro aspecto constantemente associado ao patrimônio é seu caráter material e imaterial. A Constituição Federal de 1988 se coloca como um marco em relação ao Decreto-Lei 25/1937, tratado no capítulo anterior, pois ampliou o conceito de patrimônio ao englobar os bens de natureza imaterial, que revelam a rica diversidade cultural dos modos de criar, fazer e viver do povo.

Aqui, importa ressaltar que tanto o patrimônio material quanto o patrimônio imaterial têm sempre por intermédio um suporte material para a sua concretização. (MENESES, 2009). No entanto, [ ... ] seria desejável que, ao utilizarmos a expressão "patrimônio imaterial" a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material. (MENESES, 2009, p.31).

Desta maneira, é necessário percebê-lo além dessa visão dicotômica e enfatizar as relações sociais e simbólicas que estão imbricadas nele. Os bens culturais não envolvem apenas os objetos ou as práticas que são identificáveis pelos significados que carregam, mas como os diferentes grupos na sociedade se utilizam deles para operar suas ideias, crenças, normas etc.

Nisto consiste a diferença entre os dispositivos legais citados acima, na medida em que a nova Constituição desloca do estado para a sociedade a atribuição dos valores culturais, antes instituído formalmente pelo poder público através do tombamento. O governo continua a participar deste processo de criação de valores, porém, amparado pelas práticas sociais, em colaboração com a comunidade.

Ainda conforme Meneses (2009), no que tange aos valores culturais, destaca-se alguns de seus componentes principais, sendo estes:

- a) *Valores cognitivos*: toma o bem como um documento, apontando seu padrão estilístico, assim como os diferentes usos e agentes sociais envolvidos, tendo como sentido a fruição intelectual;

- b) *Valores formais*: diz respeito à percepção dos objetos que permitem uma apreensão mais profunda do eu com o ambiente exterior, induzindo a criação de novos significados sobre as coisas no mundo;
- c) *Valores afetivos*: liga-se à memória, tendo natureza subjetiva vinculada ao sentimento de pertença e identidade;
- d) *Valores pragmáticos*: relaciona-se com o uso percebido como qualidade, quer dizer, utiliza-se para qualificar as práticas;
- e) *Valores éticos*: associa-se às interações sociais às quais o bem é apropriado, tendo como referência o lugar do outro.

Assim como as categorias de patrimônio, esses componentes não acontecem separadamente, porém, se relacionam e se entrecruzam, produzindo outras concepções. A importância desses valores retoma a problemática do relativismo, pois, a ideia da diversidade cultural como algo exclusivamente positivo, na realidade, esconde as diferenças culturais presentes na interação social. (MENESES, 2009)

Logo, infere-se que o campo da cultura e do patrimônio são igualmente complicados, o que gera um cenário de confrontos. Ressalta-se então que ambos são resultados de escolhas as quais o constituem como uma forma de poder. Assim, podem ser usados tanto para valorizar quanto para desvalorizar a identidade e a memória coletiva.

Portanto, apoiando-se no entendimento dos processos históricos e sociais aos quais se assentam os conceitos de patrimônio e cultura, neste momento, vale conhecer sobre o legado do patrimônio cultural de Fortaleza.

### **3.2 Patrimônio Cultural de Fortaleza**

Falar na transmissão de uma herança de família, de uma geração a outra, não se restringe à materialidade de uma determinada coisa, por exemplo, uma cadeira feita pelo avô, mas a forma de se construir o objeto, por deter o caráter simbólico e imaterial dos modos de fazer, também se constitui como herdade.

Assim, o patrimônio cultural constitui-se dos bens edificados bem como das diversas manifestações culturais, constituída pela diversidade do povo brasileiro, em especial, no que diz às suas crenças, sua etnia, sua arte e outros aspectos.



Embora seja aceitável dizer que consiste tanto no aspecto material quanto imaterial de um legado, pensar sobre o patrimônio cultural não se reduz apenas à identificação de traços específicos que o enquadrem em uma categoria, mas quais significados, valores e usos ele reverbera.

Assim, enquanto direito fundamental para o exercício da cidadania, garantir sua produção, valorização e difusão é essencial para o desenvolvimento cultural da sociedade. No que concerne ao patrimônio cultural de Fortaleza, destaca-se a Lei 9.347/2008, destinada à Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural que dispõe sobre os bens que constituem o patrimônio, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense.

Além disso, o Art. 34 da lei citada, institui-se como instrumentos de preservação o tombamento e o registro, utilizado na proteção dos bens que constituem o patrimônio imaterial de Fortaleza. (FORTALEZA, 2008)

Por outro lado, a Lei 9.989/2012 que institui o Plano Municipal de Cultura, em seu Art.1º, visa promover em 10 anos, dentre outras coisas, a democratização e o amplo acesso aos bens culturais. (FORTALEZA, 2012). O portal da Prefeitura de Fortaleza traz também outros dispositivos sobre a Legislação Cultural, subdividida em Patrimônio, Fomento e Outras Normas.

No tocante aos dispositivos municipais no século passado, Galeno (2000, p.5) destaca que:

A um povo tão espezinhado, tão sofrido quanto o cearense, eram negados todos e quaisquer direitos pelas classes dominantes. De lei só o arbítrio e a violência dos poderosos. Todavia, os ofendidos reagem com as armas de que dispunham contra as ofensas dos opressores. Os apelidos, as vaias, os quebra-quebras, o que eram senão formas de vingança, de reação?

Quanto a esta última parte da citação do autor, percebe-se uma das marcas presentes na cultura cearense: o humor, elemento com o qual o povo lida nas situações cotidianas, sejam elas difíceis ou não. Outras formas de expressão presentes são as manifestações religiosas, como a festa de Nossa Senhora de Assunção e as manifestações folclóricas, como o Bumba Meu Boi. Somadas a isso estão ainda a arte popular, a literatura, a música e a gastronomia. Além disso, o proeminente patrimônio arquitetônico, composto por museus, praças, monumentos, igrejas, bibliotecas e outros equipamentos.

Desse modo, no que concerne ao patrimônio cultural de Fortaleza, não se pode caracterizá-lo como homogêneo, pois os fatos históricos de sua origem comprovam uma visível diversidade. No caso desta pesquisa, invasões estrangeiras, oposições entre tribos indígenas, escravidão e agroexportação são exemplos que retratam a história de Fortaleza e como a cidade se desenvolveu.

No entanto, em certos casos, repara-se uma presença forte das tradições europeias e uma pouca notoriedade das influências autóctones e regionais, como a edificação do Passeio Público, sobre a qual Galeno (2000, p.8) declara:

Haviam se esquecido dos nossos índios, suas lendas e seus heróis, dos bichos de nossa fauna: onças, emas, veados, cavalos e bois. E, por sua vez, dos heróis do Trabalho, responsáveis pelo surgimento econômico e social do Ceará: vaqueiros, escravos, jangadeiros, trabalhadores do eito, os verdadeiros servos da gleba nordestina.

Vale ressaltar que a pouca informação sobre a história e a cultura da própria cidade geram o afastamento e desinteresse por acontecimentos do passado que poderiam adquirir, ao longo do tempo, significados relevantes para o grupo social.

Além disso, o rápido crescimento econômico da cidade tem sido um grande responsável pela especulação de importantes prédios históricos, mesmo com a garantia de proteção por lei de bens considerados de valor cultural e histórico. Outro fato percebido é o abandono e a falta de manutenção de importantes equipamentos culturais.

Esses são alguns dos fatores que podem contribuir para a pouca ocupação desses espaços e a produção de novos conhecimentos, ocasionando a perda da memória coletiva. Portanto, embora existam ações voltadas à valorização e à preservação do patrimônio, é imprescindível uma tomada de decisões que estimule a utilização desses lugares como opções de lazer, mas também na apropriação do sentido de identidade com a cultura local.

Portanto, a temática requer reflexões sobre os fatos históricos, políticos e sociais que a perpassa, através de estudos e debates, sendo os diferentes sujeitos importantes nesse processo. Desta forma, acredita-se que a garantia da preservação do patrimônio cultural de um povo passa pela elaboração e implantação de ações educativas que visem à valorização da cultura por meio da plena conscientização dos cidadãos enquanto importantes agentes de transformação social.

### 3.3 Educação para a preservação do patrimônio

A Educação Patrimonial se mostra como um instrumento capaz de promover a conscientização no sentido de incentivar a preservação do patrimônio. Antes de se apresentar o que é e de que maneira atua, segue-se uma breve explanação sobre o conceito de educação.

O termo educação, de forma restrita, pode se caracterizar como o meio pelo qual se dá o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, a leitura da obra “*O que é Educação?*” permite apontar a pluralidade de significados existentes em torno dele. O texto trata de desmistificar a ideia de que a educação é algo pertinente a um grupo específico, composto por aluno e professor ou que acontece num lugar determinado como a escola. (BRANDÃO, 1989)

Desta forma, propõe-se que existem “educações”, pois “[ ... ] não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.” (BRANDÃO, 1989, p.5)

Isso fica mais evidente ao citar que “[ ... ] por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra [ ... ]”. (BRANDÃO, 1989, p.8). Isto é, a educação pode acontecer em diferentes espaços, e participa na produção de crenças e ideias e na troca de conhecimentos que cooperam na construção das sociedades.

Deste modo, compreende-se que a educação não deveria se limitar aos processos formais, como geralmente é realizada nas e pelas instituições. Neste contexto, cabe a análise de alguns pontos da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB), para que se perceba os princípios na qual se estrutura o ensino brasileiro.

De acordo com o Art. 2º da LDB, a educação tem por objetivo desenvolver o aluno por meio de uma formação que assegure o exercício da cidadania. Com isso, deve prover os recursos necessários para que o educando a alcance, como o direito à informação e à cultura. Ressalta-se então o que é dito no Art. 26 do mesmo dispositivo:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma

parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Além disso, o Art.26, § 4º da LDB especifica que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 1996). Assim, o texto da lei versa sobre a inclusão de temas transversais no currículo escolar, o que se considera de grande importância na construção do conhecimento de forma plural.

A partir do entendimento sobre educação, pretende-se explorar o papel da Educação Patrimonial como ferramenta para a preservação cultural. Desta forma, ela se configura como uma proposta para a inserção de práticas educacionais que atendam o contexto sociocultural dos educandos. Espera-se com isso o desenvolvimento da percepção do patrimônio e o despertar da curiosidade para conhecer os bens culturais e usufruir destes enquanto recursos pertencentes a sua própria história.

Nessa medida, recorre-se ao *Guia Básico de Educação Patrimonial*, onde Horta, Monteiro e Grunberg (1999) explicam o objeto de estudo e análise da temática e, além disso, abordam questões práticas de como se deve estruturar as ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural.

As autoras definem a Educação Patrimonial como “[ ... ] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA; MONTEIRO; GRUNBERG; 1999, p.4).

O Caderno *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*, editado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba (IPHAN-PB), diz que “a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida de diferentes formas, sempre de acordo com cada realidade e com diferentes objetivos”. Entretanto, “[...] ainda é um tema aberto a discussões, debates, análises e novas reflexões. [...] não há uma receita ou uma metodologia única de Educação Patrimonial.” (CASA DO PATRIMÔNIO, 2012, p.11). Ainda na mesma obra, Apolinário (2012, p.59) reforça que este é “[ ... ] um processo de constante ensino e aprendizagem.”

Tais considerações permitem certa aproximação não apenas com a dimensão formal da educação, mas também com a educação não-formal em alguns aspectos. Nesta, o processo de aprendizagem se faz na interação com o outro, em

situações de construção coletiva de troca de saberes, de maneira espontânea. Gohn (2006, p.29) afirma que:

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo.

Em outros termos, a educação não-formal contribui para o fortalecimento das relações sociais dos grupos, especialmente, por envolver princípios de igualdade e justiça social. Desta maneira, a Educação Patrimonial também compete para o conhecimento do cidadão sobre seus direitos e deveres sociais, econômicos e culturais.

Outro objetivo da Educação Patrimonial é a difusão da informação cultural e patrimonial, com o intuito da formação crítica e reflexiva dos sujeitos, assim como na educação informal, cuja “[ ... ] transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta [ ... ] ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.” (GOHN, 2006, p. 30).

As iniciativas voltadas à educação para o patrimônio cultural existem em todas as esferas governamentais e, também, em parceria com a iniciativa privada. A nível federal, aponta-se os projetos do IPHAN, dentre eles, as Casas do Patrimônio.

Essa ação tem o intuito de fomentar a construção do conhecimento e a participação social, assim como o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. O principal estímulo desse projeto é ampliar o diálogo com a sociedade.

No âmbito municipal, na cidade de Fortaleza tem crescido a atenção voltada para a elaboração de projetos de cultura e proteção ao patrimônio através de parcerias firmadas entre a Prefeitura e outros setores da sociedade.

Dentre as iniciativas implantadas nos últimos anos destacam-se: as Ações de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, o Seminário do Patrimônio, o Curso de Capacitação de Mediadores de Educação Patrimonial, em colaboração com a Fundação Demócrito Rocha, além de políticas públicas destinadas às ações de cultura, atividades culturais nos bairros e a reforma de equipamentos culturais mobilizados pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (FORTALEZA, 2021).

Por mais que projetos de restauro de bens, a requalificação de espaços e a promoção de atividades culturais sejam relevantes para a preservação, acredita-se que é preciso saber o que fazer frente aos diversos usos e excessos do patrimônio. Isso porque, o patrimônio cultural não deve tratar apenas da recuperação de fachadas de prédios históricos, mas, deve discutir e refletir sobre sua importância da preservação para a memória da comunidade.

Nesse sentido, a mediação se coloca como uma ação fundamental ao permitir o protagonismo dos grupos sociais, promovendo a participação ativa dos envolvidos nos processos educacionais do patrimônio cultural. Esse é um dos pontos na qual observa-se uma interação entre a Educação Patrimonial e a Biblioteconomia. Isso porque ambas são intermediárias entre um objeto e aqueles que o buscam, isto é, a informação e os sujeitos. Estes sujeitos podem se tornar alheios à sua identidade e memória, não apenas por desinteresse, mas por desconhecimento, falta de incentivo ou pela falta de acesso à informação que dê a eles o suporte para se reconhecer e repensar a sua identidade cultural, para além do modo elitista e dominante.

Desta maneira, é preciso ponderar a possibilidade de atuação do bibliotecário nesta área, pois “mais do que tudo são profissionais de uma ciência cotidianamente elaborada e que dialoga com as demais. E, por isso, bibliotecários são também educadores patrimoniais, visto que também atuam com a memória.” (CARTERI, 2004, p.41-42).

Assim, a práxis biblioteconômica também está ligada às questões da memória e da cultura, sendo os bibliotecários capazes de atuar na gestão do patrimônio cultural, proporcionando o acesso à informação que contribua para construção de conhecimento e para cidadania cultural.

Para isso, faz-se necessário investir na preparação de educadores que atuem na disseminação da informação patrimonial e na formação dos sujeitos, visando sua autonomia e leitura crítica. Além de promover ações educativas que suscitem nas pessoas a importância da valorização dessa herança cultural. Tais medidas seriam basilares para prevenir o esquecimento da memória coletiva e para a geração da noção identitária e de pertencimento do seu povo.

Portanto, a Educação Patrimonial levanta discussões significativas para se pensar o papel da preservação cultural. Mas, para além disso, se coloca como ação legítima na construção de uma sociedade mais crítica e consciente acerca da sua memória e da sua identidade.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa consistiu na análise da percepção sobre o patrimônio cultural de Fortaleza, buscando enfatizar a contribuição da Educação Patrimonial na construção de conhecimento, na valorização e na preservação cultural da cidade. Assim, buscou-se compreender em que medida a percepção do patrimônio cultural pode despertar para a sua preservação cultural, com base em reflexões e ações que gerem a noção de pertencimento e a proteção da memória individual e coletiva.

Assim, a natureza do estudo pode ser caracterizada como quanti-qualitativa pelo fato de, também, trazer questões que geraram dados estatísticos. A pesquisa foi realizada em caráter exploratório dada a curiosidade da autora, enquanto pessoa natural e habitante desta cidade, em conhecer mais sobre seu lugar a partir da perspectiva de seus conterrâneos.

Iniciou-se a pesquisa bibliográfica, por meio de consultas as seguintes fontes: livros, artigos científicos, leis e sites institucionais relativos aos temas centrais como percepção, cultura, patrimônio, preservação e educação.

Como instrumento de coleta de dados foi escolhido o questionário que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.201), é “[ ... ] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Por essa vantagem foi que decorreu a escolha desse instrumento: o anonimato, o que deu maior liberdade para as respostas. Também pela economia de tempo e por questões de biossegurança quanto à pandemia do coronavírus ao qual o mundo está enfrentando neste momento.

Para isso, foi aplicado um questionário semiaberto com 12 perguntas disponibilizado no *Google Formulários*, entre os dias 02 a 06 de março de 2021. Conforme Gil (2008, p.121), as questões foram delineadas com “[ ... ] o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc”.

O instrumento foi divulgado nos grupos de Facebook do Fórum do Campus do Pici e do Grupo História de Fortaleza, do Ceará, do Brasil e do Mundo. A escolha por estes canais se deu pelas seguintes razões: no primeiro caso, por se tratar de um grupo público, na qual existe um apoio mútuo em relação à divulgação de pesquisas, através da interação dos usuários que geram um maior alcance de pessoas dentro da comunidade.

No segundo caso, deu-se preferência por um grupo que tivesse interesse pela temática. Com isso, após uma breve sondagem, chegou-se a este grupo que tem como objetivo expor temas relacionados historicamente com a cidade de Fortaleza. Neste foi preciso pedir autorização ao administrador para que o questionário fosse divulgado.

Também foi enviado pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp* para o grupo de uma disciplina do curso de Biblioteconomia na qual a autora faz parte e para amigos de familiares. Vale lembrar que, antes da aplicação definitiva do questionário, houve um pré-teste com quatro sujeitos a fim de sanar possíveis dúvidas quanto às perguntas.

Após a coleta dos dados procedeu-se a análise que teve como finalidade explorar as informações repassadas pelos respondentes sobre a temática, portanto, julgou-se como abordagem mais adequada para este fim a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977).

Esse método consiste em um “[ ... ] conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p.21), através de procedimentos sistemáticos, cujo intuito é analisar as significações ou significantes contidas nas mensagens. A técnica é dividida basicamente em três etapas, sendo elas descritas abaixo:

***Pré-análise:*** esta fase consiste na organização das ideias iniciais a partir do material coletado e que se subdivide em:

- a) Leitura flutuante: esta leitura permite se ter uma visão geral sobre o que se trata os documentos;
- b) Escolha dos documentos: nessa fase se deve selecionar os documentos que serão analisados;
- c) Constituição do corpus: o corpus deve ser formado com base nos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência;
- d) Formulação das hipóteses e dos objetivos: etapa na qual o pesquisador formula hipóteses a partir da análise previamente realizada;
- e) Preparação do material: fase de organização final dos documentos para a análise.



***Exploração do material:*** essa fase consiste em duas etapas, sendo a codificação e a categorização. Na codificação devem ser marcadas as unidades de registro relacionadas ao tema ou objeto e as unidades de contexto servem para embasar as unidades de registro, através da pertinência. Na categorização, as ideias registradas através dos códigos do processo anterior são agrupadas pelo seu conteúdo semântico, sintático, lexical etc.

***Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:*** etapa realizada por meio da inferência, num processo de captação dos conteúdos do material coletado.

Portanto, até aqui foi apresentado o modo pelo qual se operou a pesquisa, detalhando cada procedimento utilizado. Acrescenta-se que a parte prática em que se desdobra a análise dos dados coletados é esmiuçada na seção a seguir: “ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS”.

## **5 ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

De modo a facilitar a coleta de dados e, posteriormente, a análise e discussão dos resultados, as perguntas foram divididas em quatro categorias: Perfil dos respondentes; A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza; Educação Patrimonial, suas ações e seus agentes e A preservação cultural da cidade (APÊNDICE).

Os dados coletados foram organizados levando em consideração o problema de pesquisa e os objetivos específicos deste estudo, sendo agrupados e discutidos conforme a temática em cada pergunta.

Vale ressaltar que todos os questionários da amostra foram considerados para a análise, no entanto, são apresentados aqui os relatos em que o participante respondeu de forma mais completa e significativa, favorecendo a compreensão do enfoque estudado. A fim de garantir o sigilo de identidade, as falas foram identificadas pela palavra *Respondente* seguida de uma numeração - *como no exemplo, Respondente 01*.

### **5.1 A percepção do fortalezense sobre o patrimônio cultural da cidade: a Educação Patrimonial na preservação cultural**

As categorias tiveram o intuito de analisar como o patrimônio cultural de Fortaleza é percebido pelo seu público e, a partir disso, ressaltar a contribuição da Educação Patrimonial para a preservação cultural da cidade de Fortaleza.

#### **5.1.1 Perfil dos respondentes**

Devido ao foco abrangido pelo tema, não se julgou ser necessário buscar informações como o gênero, sexo, idade dos participantes. Desta forma, a primeira categoria se ateve em conhecer o perfil dos respondentes apenas quanto à sua naturalidade.

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada da capital cearense até 2020 foi de 2.686.612 pessoas. Entende-se que o estudo apresentado aqui representa apenas um recorte dessa

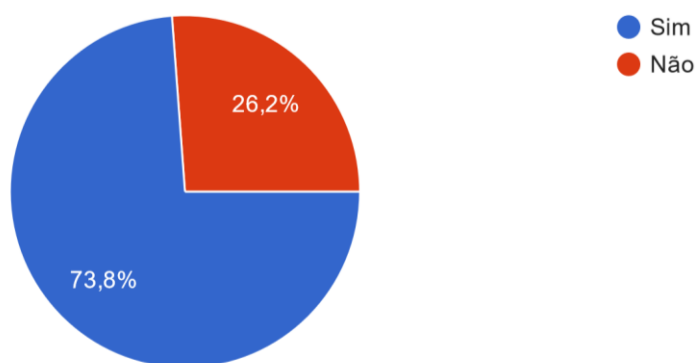
totalidade. Assim, os resultados apresentados condizem com a realidade da amostra pesquisada.

A primeira questão procurou saber: “Você é natural de Fortaleza-CE?”. Na hipótese de resposta afirmativa, o participante poderia seguir para a próxima seção de perguntas. Do total de 42 respostas obtidas, 73,8% dos indivíduos, ou seja, 31 pessoas afirmam ser de Fortaleza. O resultado é demonstrado abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes

1. Você é natural de Fortaleza-CE?

42 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em caso de resposta negativa, o respondente deveria escolher no item 1.1: “Se você NÃO é natural de Fortaleza-CE” uma das opções seguintes: “Resido em Fortaleza” ou “Conheço ou já visitei Fortaleza”.

Desta maneira, do percentual de 26,2% (Gráfico 1), correspondente a onze pessoas que não são naturais de Fortaleza, seis afirmaram que residem na cidade e cinco dizem que a conhecem ou já a visitaram.

Com isso, buscou sondar se as percepções dos fortalezenses e dos não fortalezenses convergem ou divergem em relação às demais questões levantadas. Sobre isso, infere-se que, independente se naturais, residentes ou visitantes, as pessoas demonstraram ter uma visão em comum sobre os problemas apresentados. Tal consideração foi confirmada ao longo das próximas categorias com base na amostra coletada.

### **5.1.2 A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza**

Essa categoria teve como intuito discutir sobre cultura e patrimônio, além de identificar como os respondentes observam e o que conhecem sobre o patrimônio cultural de Fortaleza. Para tanto, a segunda questão indagou: *“Qual a relação entre cultura e patrimônio? Como você define patrimônio cultural?”*.

No que se refere à relação entre cultura e patrimônio, percebe-se que na visão dos pesquisados “estão intrinsecamente conectados”, como evidencia a fala do *Respondente 39*. Portanto, ambos os conceitos se confundem como aquilo que define a história e a identidade de um lugar. Também foram relacionados à noção de respeito e homenagem ao povo.

Esta concepção está de acordo com SANTOS, J.L. (2006), apresentado no capítulo 3, onde mostra que cultura é fruto de uma história que se relaciona com outras culturas, mas que se estabelece de forma particular. Além disso, sobre as características de respeito e homenagem, retoma-se a ideia de cultura de Eagleton (2005), na qual sugere o significado de adoração e proteção em um sentido sagrado. Isto é, algo que deve ser venerado e protegido.

Já o patrimônio seria o meio de concretização da cultura, sendo constantemente associado à sua materialidade e imaterialidade, no que tange aos aspectos característicos, bens e práticas do lugar, bem como aos espaços de preservação, como vê-se:

*“Acredito que o patrimônio seja a materialização da cultura, uma espécie de consagração da mesma, onde a sociedade reconhece determinados aspectos dela como essenciais para preservação.” (Respondente 09)*

*“São espaços que tentam preservar a regionalidade e contam sobre a história de um lugar e de sua população. Conservar e entender a importância desses espaços é importante para compreendermos a nossa história e a de outros grupos também.” (Respondente 24)*

*“A relação é direta. O conjunto de bens materiais e imateriais, desde práticas ancestrais à práticas modernas.” (Respondente 31)*

Assim, a natureza tangível e intangível relativa ao patrimônio concorda com Meneses (2009), quando afirma que o patrimônio necessita de um suporte material

para se tornar concreto. No entanto, é desejável afastar a ideia de polaridade em volta desses conceitos, pois eles se constituem mutuamente.

Além disso, o conceito de patrimônio cultural também foi relacionado às ideias de:

- Intervenção e construção da história e da cultura pelo homem;
- Elo entre o povo e o lugar;
- Temporalidade, notoriedade e valor histórico e cultural.

Desta maneira, o patrimônio cultural é parte da trajetória de um povo, sendo criado do entrelaçamento e das trocas com outras culturas, que acabam se tornando importantes pelos valores que tomam ao longo dos tempos e por se constituírem como fontes de conhecimento para a posteridade:

*“Patrimônio cultural é tudo que em sua essência contribuem para a construção e transmissão da história de um país, estado, cidade, comunidade entre outros. Com isso, tornando a história vida e preservada para futuras gerações.” (Respondente 04)*

*“Patrimônio são todas as manifestações culturais criadas por um grupo social que ganham destaque devido ao seu valor e sua notoriedade para sociedade.” (Respondente 14)*

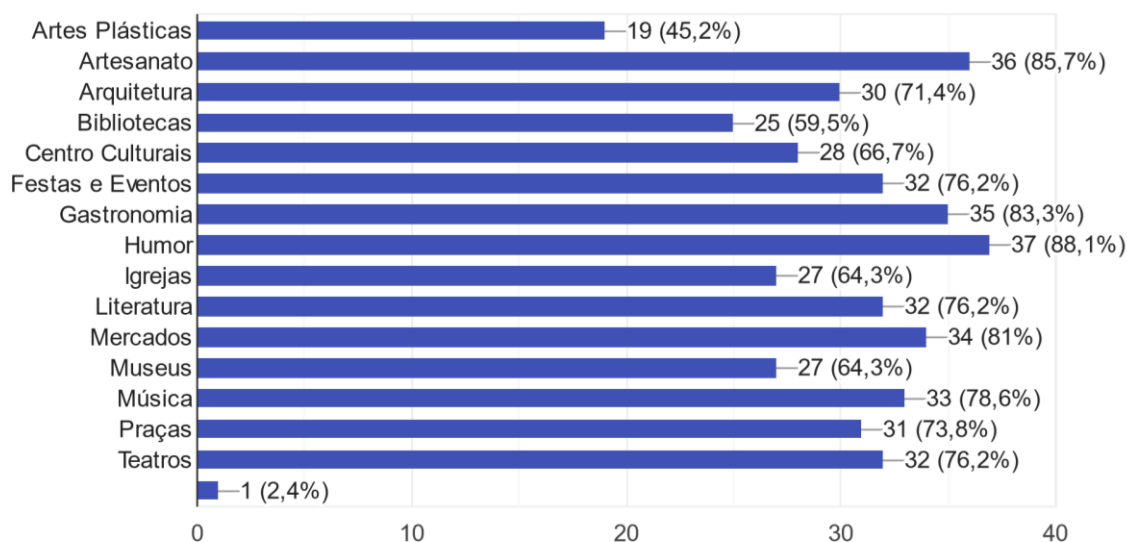
As ideias extraídas a partir das respostas apontam para a ideia de memória, na qual Pollack (1992) destaca os acontecimentos, os lugares e os personagens como aquilo que, embora não pertençam ao mesmo espaço-tempo dos sujeitos ou da comunidade, são repassados de uma geração a outra.

A terceira questão dispôs de uma lista com diferentes opções relacionadas ao patrimônio e lançou o seguinte questionamento: *“Quais dessas categorias você associa ao patrimônio cultural de Fortaleza?”*.

Mais de uma alternativa poderia ser marcada ou ainda escrita na opção “outro”, na qual obtive o retorno apenas do *Respondente 10* que sugeriu os “Estádios de futebol, casas, prédios públicos” como patrimônio. Os resultados podem ser acompanhados abaixo (Gráfico 2).

Ao final da pergunta 3 também foi posto o item 3.1 para que os respondentes pudessem justificar a escolha das opções marcadas, que recebeu 32 respostas.

Gráfico 2 - Categorias do Patrimônio Cultural de Fortaleza



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O humor, o artesanato, a gastronomia, os mercados e a música apontaram com mais de 78% entre as principais escolhas da amostra. As festas e eventos, a literatura e os teatros obtiveram o mesmo percentual (76,2%), seguidos das praças (73,8%) e da arquitetura (71,4%). Isto é, essas são as categorias que mais representam o imaginário do fortalezense acerca da cidade e tal fato pode ser confirmado com o relato abaixo:

*“Fortaleza é conhecida por ser o berço do humor e do forró, mas também por seus escritores como José de Alencar e Raquel de Queiroz. E todo turista que se preze precisa conhecer os mercados públicos onde podem conhecer culinária e artesanato local. (Respondente 24)*

As opções menos selecionadas foram as igrejas e os museus (64,3%), bem como as bibliotecas (59,5%) e os centros culturais (66,7%). Essas não foram especificamente mencionadas nas justificativas de nenhum dos respondentes.

Quanto às artes plásticas, apenas 19 pessoas a identificaram como parte do patrimônio cultural fortalezense. Isso pode se dar por tratar de uma categoria em que a procura é específica de um público.

*“Fortaleza é muito conhecida pelo humor, artesanato, gastronomia. Artes plásticas e literatura também são relevantes, no entanto, os consumidores são mais seletos. (Respondente 32)*

Deste modo, pode-se apontar que as razões básicas pelas quais os respondentes associam tais categorias ao patrimônio cultural de Fortaleza são: Pertencimento à história da cidade e identidade do lugar; Relevância histórica, cultural e social e preservação da memória; Diversidade e representação cultural.

- Pertencimento à história da cidade e identidade do lugar

Em outras palavras, esses elementos são identificados como parte da história de Fortaleza, caracterizando-a como única e, assim, a diferenciam de outras culturas, como evidenciado nas falas:

*“Acredito que todos eles compõem a história e a identidade de Fortaleza”.  
(Respondente 05)*

*“Todos esses componentes podem facilmente distinguir a cidade de Fortaleza e seus moradores de qualquer outra cidade.” (Respondente 33)*

*“Todos os pontos acima compõem uma rota de vivências experienciadas tanto por nós moradores, quanto por turistas. Nós temos lugares e costumes muito queridos e lindos. Fazem parte da nossa cultura, do nosso lazer, dos finais de semana à noite, e também são rotas turísticas.” (Respondente 42)*

As falas se encontram com a ideia de Pollack (1992) na qual destaca que o sentimento de identidade e a memória tem uma ligação muito estreita. A memória seria algo herdado pelo grupo ou pelos indivíduos através da identificação destes com o meio. Portanto, a partir do momento em que esses elementos são identificados pela comunidade como marcas da história de Fortaleza, se tornam pertencentes à história do lugar.

- Relevância histórica, cultural e social

Além disso, essas categorias se colocam como patrimônio à medida em que se tornam fundamentais em termos de compreensão da história e da cultura que seja de interesse à sociedade, como explicado:

*“Todos acima podem ser patrimônios, a depender de sua relevância social.”  
(Respondente 09)*

*“Porque engloba tudo que possui importância histórica e cultural para a sociedade.”  
(Respondente 13)*

Como bem mostram Boni e Hoffman (2011, p.152), o lugar é transformado a partir das experiências cotidianas, portanto, “[ ... ] é carregado de valores simbólicos”. Desta forma, as categorias mencionadas, por se tratarem de bens pertencentes à cidade, compõem seu espaço e através da interação com seu povo tem importância.

- Diversidade e representação cultural e preservação da memória

Os componentes revelam a diversidade do legado cultural da cidade e, por isso, são representativos tanto para o contexto local, quanto fora dele. Mas, para além disso, eles também evidenciam a memória de Fortaleza que, no entanto, não tem sido bem preservada ou aproveitada:

*“Essas categorias têm forte representatividade cultural e nos identificam no cenário nacional.” (Respondente 19)*

*“Nós somos ricos em cultura, mas acho pouco explorada ou mesmo explorada de forma equivocada.” (Respondente 39)*

*“São coisas inerentes, que mostram o passado e que poderiam ser usados como aprendizado futuro.” (Respondente 20)*

*“Fortaleza é uma cidade muito linda e rica em diversidade, porém deixamos muito a desejar em relação à conservação e valorização da nossa cultura.” (Respondente 17)*

A diversidade cultural posta nos comentários acima se confirma no Art.1º §1º da Lei 9.347/2008, mencionada na seção 3.2, que destaca a natureza dos bens que constituem o patrimônio histórico-cultural de Fortaleza seja: histórica, arquitetônica, arqueológica, ambiental, natural, paisagística ou quaisquer outras de interesse das artes e ciências. E complementa ainda no Art.3º que todo cidadão deve zelar pela proteção e conservação desse patrimônio.

Com a intenção de ter maior precisão quanto às respostas anteriores, a quarta questão fez o seguinte questionamento: *“Você se reconhece como parte da história e memória coletiva de Fortaleza? Quais vivências, experiências ou lugares relacionados ao patrimônio cultural de Fortaleza colaboraram para a sua identificação ou afeição pela cidade?”*



Do total de respondentes, apenas seis não se reconhecem como parte da história da cidade de Fortaleza. Porém, entre eles há um relato de experiência durante uma visita ao Museu do Ceará:

*“Não me reconheço na cidade de Fortaleza, não tenho um sentimento de afeto com esta cidade. Porém, uma vez fui ao Museu do Ceará, onde tive a honra de ser apresentada a alguns pontos da história deste estado. E presenciar as marcas da história pelos tempos é sempre uma forma de se reconhecer como nordestino e ter orgulho da jornada dos nossos antepassados...Acho que a minha antipatia pela cidade é ver a falta de zelo dos governantes pelos seus bens culturais.” (Respondente 04)*

Desta forma, apesar de não ter o sentimento de afeição pela cidade de Fortaleza, a fala revela que a importância da cultura nordestina e da valorização do legado dos antepassados na qual Fortaleza se insere. O relato chama atenção para a falta de cuidado com o patrimônio pelo poder público. Por isso, esta possibilidade poderia justificar esse não pertencimento e falta de interesse pela cidade.

Com esse pensamento se faz necessário resgatar o termo “topofilia”, proposto por Tuan (1980), que define o elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico. Em outros termos, o pertencimento depende do reconhecimento e do sentimento de apreciação pela cidade. Na perspectiva de Mentz (2011), se um espaço não possui afeições, referências ou sensações, ele é apenas um espaço. Portanto, para se tornar lugar tem que se criar significados a partir da história e das memórias.

Nas demais falas, no entanto, identifica-se vivências e experiências de quem transita por Fortaleza devido sua relação de estudos e trabalho, quanto por quem cresceu e vive aqui. Nestes casos, percebe-se o enraizamento dos sujeitos ao lugar como propõe Boni e Hoffmann (2011).

*“Sou de Maracanaú, mas sempre vivi em Fortaleza. Estudo, lazer, trabalho sempre me levam à Fortaleza. São 23 anos usufruindo e conhecendo esses pontos marcados acima de forma a entender como se deu e porque se deu de tal forma.” (Respondente 02)*

*“Como fui para Fortaleza para estudar, aprendi e conheci museus, bibliotecas, Universidades, entre outros locais simbólicos e que preservam tradições importantes.” (Respondente 25)*

*“[...] Os eventos culturais promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura (carnavais de rua, shows, exposições, festivais de cinema no Dragão do Mar, principalmente) têm me acompanhado antes da idade adulta. Fui uma criança que frequentava o Dragão, apesar de não morar em Fortaleza. Me sinto pertencente a cidade.” (Respondente 09)*

*“Sim, lembro-me principalmente da mudança que ocorreu na saúde no ano de 1988 com a chegada do SUS em Fortaleza, até aquele momento só era atendido pelo INAMPS (era o programa que os trabalhadores usavam para serem atendidos na área da saúde, só podia utilizar quem tinha carteira assinada), os trabalhadores se aglomeravam na praça José de Alencar para conseguir um atendimento médico, já quem trabalhava de modo informal recorria aos métodos culturais e tradicionais como: rezadeiras, chás, lambedores...”(Respondente 17)*

*“Já estive em festival de bonecos, festival de cantoria, ensaio de maracatu, já dancei quadrilha na infância, desfile de 7 de setembro ... reisado no bairro ... coisas q estão se perdendo, mas fazem parte da minha memória.” (sic) (Respondente 30)*

No que se refere aos lugares, estes se referiram na maioria dos casos aos equipamentos culturais e espaços públicos do Centro de Fortaleza e adjacências, resumidos pela fala do *Respondente 10*:

*“Cinemas São Luiz, Diogo e Ventura, Teatro José de Alencar, praias da orla marítima, castelo do Plácido, Casa do Português, Center Um, Cine Gazeta, Ibeu-Centro, Colégio Castelo Branco, Praças do Centro, catedral de Fortaleza, TV Ceará, Campi da UFC.” (Respondente 10)*

Ainda conforme Boni e Hoffman (2011, p. 153), “cada pessoa produz uma série de associações com algumas partes de sua cidade, e a imagem de cada uma está impregnada de lembranças e significados”. Isto se confirma através dos relatos, onde os participantes descrevem de forma muito particular sua relação com a cidade por meio de suas memórias, embora sejam vividas nos mesmos espaços.

No que concerne a quinta questão em que se perguntou: *“Quais fatores você aponta que contribuem para o esquecimento e falta de interesse pelo patrimônio cultural de Fortaleza?”*, as respostas se configuram em torno desses temas: Insuficiência da gestão quanto ao investimento, à divulgação, à segurança pública; Falta de interesse da população e alto consumo das mídias; Ausência de uma educação voltada à valorização da cultura e de engajamento das escolas.

Sobre a insuficiência da gestão, as falas revelam que falta investimento financeiro para que se efetuem ações de preservação do patrimônio material. Além disso, a falta de segurança pública nos espaços públicos contribui para o afastamento das pessoas de usufruir desses equipamentos e a pouca divulgação também interfere na visibilidade desse legado.

Em relação à falta de interesse da população e o alto consumo das mídias, acredita-se que isso se deve ao olhar das pessoas sobre aquilo que é novo, ou seja,

há pouca curiosidade sobre as marcas históricas da própria cultura. Com isso, o regionalismo acaba por se perder em meio aos insumos de outras culturas que se tornam mais atraentes, como vê-se:

*“Acima de tudo, não somos criados para ter orgulho de nossa regionalidade. Crescemos achando que tradições são bobagem e sem graça, pq bom eh ser moderno e importado ... falta auto estima cultural.” (sic) (Respondente 30)*

*“Mais incentivo a cultura, divulgação. Acesso e consumo excessivo de material digital alheio a nosso patrimônio cultural. Valorização do estrangeiro em detrimento ao nativo.” (Respondente 32)*

Quanto à ausência de uma educação voltada à valorização da cultura e de engajamento das escolas, acredita-se que não haja ainda um posicionamento das organizações responsáveis em relação à democratização dessa informação ao povo, como destacado nesta fala:

*“Educação, acredito que muitas instituições de ensino fundamental e médio não destacam a importância do patrimônio cultural e como estes impactaram na sociedade.” (Respondente 03)*

As falas e as considerações feitas convergem com o conceito de “desmemória” apontado por Lemos (1981), ou seja, à medida em que ocorrem mudanças, sejam elas relacionadas à política ou mesmo às tecnologias, o patrimônio vai sendo esquecido. Assim, é preciso reforçar o papel da memória, pois, segundo Le Goff (1992), ela é essencial para a noção de identidade que tanto depende da interferência dos sujeitos na sociedade, quanto desta na rememoração dos indivíduos.

Isto posto, os resultados apresentados nesta categoria se encontram com a visão de Chauí (2000, p.155) em que diz:

a percepção envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões, isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. Percebemos as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, percebemos as coisas como instrumentos ou como valores, reagimos positiva ou negativamente a cores, odores, sabores, texturas, distâncias, tamanhos. O mundo é percebido qualitativamente, efetivamente e valorativamente.

No geral, pode-se dizer que a percepção dos pesquisados é favorável no que tange aos costumes e ao lugar em si, demonstrando sua pertença e afeição. No entanto, acredita-se que a cidade carece de ações que auxiliem para o conhecimento

acerca da sua própria história e, assim, gere a noção de cuidado e preservação cultural.

### **5.1.3 Educação Patrimonial, suas ações e seus agentes**

Esta categoria pretendeu compreender o entendimento dos participantes acerca da Educação Patrimonial quanto às suas ações e seus agentes. Apesar de não ser um tema muito explorado, as questões foram elaboradas de maneira a extrair as impressões dos respondentes sobre o assunto, a partir de seu conhecimento de mundo. Portanto, não se buscou por definições certas ou erradas.

Desta forma, a sexta questão trouxe a seguinte pergunta: “*O que você entende por Educação Patrimonial?*”. Como esperava-se, o termo causou certo estranhamento, pois “[...] essa temática está ausente ou distante da sociedade, seja do cotidiano escolar ou não [...]” (APOLINÁRIO, 2012, p.56). Tal fato se confirma na fala a seguir:

*“Nunca tinha ouvido falar do termo. Acredito que seja o estudo dos patrimônios culturais de uma determinada localidade.” (Respondente 06)*

Ainda assim, foi possível extrair um entendimento mais detalhado sobre a temática nas falas dos *Respondentes 40 e 42, respectivamente*:

*“A educação patrimonial ela se insere de diversas formas. De histórias contadas em livros, em nossa família, escola, de participações em comunidades etc.” (Respondente 40)*

*“Em primeiro lugar, a informação e o conhecimento, a acessibilidade ao patrimônio. Em segundo lugar, gerar o respeito, a afeição e o cuidado para com o patrimônio, mostrar à comunidade o seu pertencimento e importante participação e cuidado para com essa cultura.” (Respondente 42)*

Entre as principais palavras usadas pelos respondentes para definir o termo, pode-se destacar os verbos: ensinar, aprender, conscientizar, conhecer, apresentar, além de outros sinônimos que, unificados, culminaram nas seguintes proposições:

- Ensino centralizado no conhecimento da história, da cultura e do patrimônio do povo;

- Conscientização da população sobre a importância da preservação cultural;
- Ações educacionais voltadas para a valorização, reconhecimento e respeito ao patrimônio cultural.

Desta forma, a Educação Patrimonial seria uma forma de ensino que se utiliza das fontes de conhecimentos históricos e culturais para educar a comunidade sobre identidade e patrimônio, para que possa se apropriar de sua herança cultural, visando a valorização e preservação como ressaltado pela fala:

*São ações de ensino com o intuito de desenvolver a consciência/ reconhecimento de símbolos patrimoniais de modo a garantir a permanência, preservação e manutenção de bens patrimoniais de cada cidade. (Respondente 14)*

Esta definição está de acordo com Horta, Monteiro e Grunberg (1999, p.4), citadas no capítulo 3, pois, o “conhecimento crítico” e a “apropriação consciente” do patrimônio é o que propicia a preservação e o sentimento de identidade e cidadania no que concerne aos bens culturais.

A sétima questão foi complementar a questão seis e, por isso, buscou saber: *“Com base na sua resposta anterior, você conhece ações ou projetos de Educação Patrimonial em Fortaleza? Quais?”*

Esta pergunta obteve 39 respostas, das quais 26 pessoas relataram que não conhecem ou não lembram de nenhuma ação que tenha como princípio a Educação Patrimonial. No entanto, daqueles que afirmaram conhecer essas ações, os *Respondentes 01 e 09* não souberam dizer o nome de algum projeto ou ação em especial:

*“Eu sei que existe, mas não sei o nome. Acredito ser pouco divulgado.” (Respondente 01)*

*“Sinceramente não conheço de nome. Mas sei que existem, ao menos, ações que promovam a educação patrimonial sem citá-la. A conscientização sobre a conservação de um parque ecológico, por exemplo, deve utilizar princípios da Educação Patrimonial.” (Respondente 09)*

Outros respondentes mencionaram espaços culturais como a Caixa Cultural Fortaleza, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o Cine São Luiz e a Praça Luiza Távora, mas nenhum deles expôs diretamente ações e projetos

específicos. Por outro lado, os *Respondentes 18, 21 e 37* demonstraram ter certo conhecimento sobre o assunto como mostram nos relatos:

*“Eu sei que a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu (até antes da Pandemia) um projeto concreto de fazer com que alunos (Educação Infantil e Ensino Fundamental) conhecessem os espaços públicos, mas honestamente não lembro o nome. No âmbito do Ensino Médio, o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, promove o Festival Alunos que Inspiram como uma forma de fomentar a arte e cultura no espaço escolar.” (Respondente 18)*

*“Sim, temos algumas boas experiências. PROGRAMAS CULTURAIS Fortaleza a Pé, Trem da História, História Passo a Passo, Caminhos de Iracema, Percursos Urbanos, Circuito de Turismo Religioso, Biketur Fortaleza etc.” (Respondente 21)*

*“Sim. Um guiamento pela a cidade com foto na história e arquitetura (free walking tour).” (Respondente 37)*

A autora Carteri (2004) mostra que as atividades no âmbito da Educação Patrimonial devem oportunizar o acesso à informações sobre o patrimônio histórico-cultural com o intuito de estabelecer elos entre ele e seus envolvidos. Portanto, é necessário pensar o papel de cada ação desenvolvida, inclusive as citadas acima, pois, devem visar o protagonismo da comunidade, de modo a reconhecer o patrimônio como parte de sua história.

Na oitava pergunta em que se questionou sobre *“Quais profissionais você considera capacitados para atuar com a Educação Patrimonial?”*, o *Respondente 09* considera que: *“Todos nós, ao adquirir propriedade para falar de um patrimônio, ao nos tornamos conhecedores (de sua história e papel social) e pertencentes a ele”*. Ou seja, qualquer pessoa pode se envolver com a Educação Patrimonial.

Isso vai ao encontro do pensamento de Apolinário (2012, p.60), pois *“as práticas pedagógicas da Educação Patrimonial podem ser desenvolvidas no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais)”*, portanto, por diferentes agentes.

Outros respondentes também consideram que toda a comunidade pode ser partícipe na mediação de ações educativas patrimoniais, mas, no geral, entre os profissionais diretamente relacionados a essas práticas na visão dos pesquisados estão: historiadores, bibliotecários, arquitetos, profissionais da educação (professores, educadores e pedagogos), além de geógrafos e turismólogos.

Estes também foram mencionados, mas em menor frequência: profissionais ligados às ciências humanas e sociais (sociólogos, antropólogos, cientistas sociais), museólogos, profissionais ligados às artes e à literatura (artistas plásticos, escritores e profissionais das Letras), jornalistas, psicólogos, biólogos, restauradores, gestores de políticas públicas, arquivistas e produtores culturais. Também foram citados os idosos, os descendentes de tribos e os religiosos.

Com o intuito de ser mais específico em relação à atuação do bibliotecário na Educação Patrimonial, a pergunta nove questionou: *“Você acredita que a participação de profissionais como os bibliotecários na mediação de ações ou projetos culturais possa contribuir na promoção e valorização do patrimônio cultural?”*.

Do total de 40 respondentes da questão, apenas 17 pessoas explicaram sobre a possível atuação do bibliotecário nessa área. No geral, o papel desse profissional é ainda muito atrelado às bibliotecas e as suas funções técnicas. Porém, como pode ser visto abaixo:

*“Sim, informando a respeito de livros relacionados com o patrimônio cultural.”*  
(Respondente 10)

*“Não conheço a grade curricular do bibliotecário. Achei que fosse mais relacionado a catalogação de livros.”* (Respondente 30)

*“Sim... como as bibliotecas são símbolos da cultura, o profissional também poderá ser.”* (Respondente 33)

*“Não conheço muito a profissão, mas suponho que sim, tendo em vista o conhecimento de obras literárias de Fortaleza, e serem os responsáveis pelas bibliotecas.”* (Respondente 36)

Em contrapartida a essa noção tecnicista, deve-se destacar que a profissão “[ ... ] já rompeu o espaço físico desta [a biblioteca], sendo praticada em diferentes locais” (CARTERI, 2004, p.41), como revela as falas de outros participantes que tiveram um olhar mais sensível sobre isso:

*“Acredito que sim, os bibliotecários são mediadores de informação acima de tudo, então com preparação certa, são perfeitamente capazes de transmitir os ensinamentos, promoções e valorizações do patrimônio cultural.”* (Respondente 04)

*“Com toda certeza. São profissionais mais que capacitados para lidar com essas questões e colocar em prática ações culturais ligadas ao patrimônio histórico.”*  
(Respondente 24)

*“Sim. São fundamentais nesse processo, pois podem atuar como mediadores da leitura e do conhecimento.” (Respondente 25)*

*“Concordo plenamente, especialmente na literatura bem como na facilitação das informações às populações menos esclarecidas.” (Respondente 32)*

*“Sim, pois teriam acesso a dados sobre a história do local que possa contribuir para esta valorização.” (Respondente 35)*

Considerando as explicações de Carteri (2004) no capítulo 3 desta pesquisa, retoma-se aqui o papel do bibliotecário como um agente capaz de contribuir com o trabalho da Educação Patrimonial. Isto porque “[ ... ] atua cada vez mais como mediador entre o ser humano e a informação registrada [ ... ] contribuindo para o desenvolvimento social e para a construção do conhecimento humano.” (CARTERI, 2004, p.41).

Isto é, a sua atuação neste contexto está atrelada não apenas na disseminação de conhecimentos técnicos sobre preservação, mas na mediação no processo de aprendizado individual e coletivo sobre o patrimônio cultural. A partir dessas reflexões, as questões da última seção tiveram o objetivo de apurar a opinião dos pesquisados sobre a preservação cultural de Fortaleza e, com isso, discutir sobre possíveis ações.

#### **5.1.4 A preservação do patrimônio cultural da cidade**

Quando questionados sobre *“Qual a importância da preservação para a cultura, identidade e memória coletiva de Fortaleza?”*, as respostas voltaram-se principalmente para as premissas de se manter a memória viva, transmitir a história para as futuras gerações e compreender a própria origem e identidade cultural.

Isto é, a preservação é relevante para que a história da cidade não se perca, a fim de que possa ser disseminada para as próximas gerações, permanecendo resguardada. Assim, a partir de sua compreensão, possibilitar novos rumos para a construção de um lugar cuja comunidade reconheça de fato sua importância cultural.

*“Esta preservação impacta diretamente na identidade do indivíduo que compreende o percurso que foi realizado para chegar na atualidade.” (Respondente 03)*

*“Importantíssima! Sem a preservação da cultura perdemos a nossa identidade e com*



*isso a memória é afetada diretamente frente às inúmeras interferências culturais que sofremos continuamente. A globalização acaba agindo como um fator de perda cultural devido às suas interações descontroladas.” (Respondente 14)*

*“Passar valores culturais para as próximas gerações.” (Respondente 16)*

Tais considerações coadunam com a visão de Lemos (1981), pois o ato de preservar deve se voltar para aquilo que seja significativo dentro do patrimônio cultural, de modo a contribuir para o entendimento da memória social. Assim, o autor reforça que é preciso compreender as trocas com outras culturas, mas sem se desfazer do próprio repertório cultural.

As questões onze e doze não tiveram caráter obrigatório, dando maior liberdade aos pesquisados. Assim, a penúltima questão quis saber: *“Como você observa as políticas de preservação cultural na cidade de Fortaleza? Na sua opinião, existem ações efetivas voltadas para isso?”*.

De uma amostra de 37 respostas obtidas, cerca de 20 pessoas não têm certeza ou desconhecem como são tratadas as políticas culturais na cidade, ou ainda, afirmam que elas não são efetivas, como nota-se nas falas abaixo:

*“Não vejo a execução efetiva destas práticas.” (Respondente 04)*

*“Eu não conheço a forma como Fortaleza atua na preservação dos seus espaços.” (Respondente 08)*

*“Não conheço nenhuma ou pelo menos não me recordo. Isso deixa claro a necessidade que temos de políticas governamentais daqui do estado e do município desenvolvidas como ferramenta de preservação da nossa cultura e garantia de mantermos nossa memória viva.” (Respondente 14)*

*“Efetivas não. Muitos prédios históricos são derrubados por negligência do Poder Público, práticas culturais têm sido perdidas, praças e locais de interação social têm sido engolidas pelo crescimento urbano, dentre outros.” (Respondente 19)*

*“Devem existir, mas não são tão divulgadas. Desta forma, não acho efetivo.” (Respondente 39)*

Quando se fala em preservação, é muito comum que se mencione o patrimônio edificado, como mostram os enunciados dos *Respondentes 08 e 19*. Quanto a isso, retoma-se a Lei 9.347/2008, referente à proteção dos bens que

constituem o patrimônio histórico-cultural fortalezense. Além disso, menciona o Plano Municipal de Cultura que pretende democratizar o acesso aos bens culturais.

No entanto, o que se percebe é que esses dispositivos não são tão conhecidos, o que pode demonstrar uma participação pouco expressiva da população nas decisões e nos projetos desenvolvidos pela gestão municipal, como mostra os relatos:

*Acredito que existem algumas ações da prefeitura Municipal que tentam dar visibilidade aos projetos de dança e músicas culturais. Ações na preservação estrutural de alguns prédios e praças. Mas acredito que possa melhorar. (Respondente 03)*

*Vejo que a última gestão a frente da Prefeitura executou algumas ações que se encaixariam nesse caso, como eventos musicais e algumas vezes artesanais, investimento nos Cucas, e nos teatros como José de Alencar e São Luiz. Mas ainda acho que ações não tão grandiosas e efetivas pra trazer a população para entender a importância da preservar de espaços e a cultura da cidade. (sic) (Respondente 24)*

*Conheço poucas. Acho que a capital poderia investir bem mais nesse quesito! (Respondente 42)*

Apesar de apontarem ações existentes, os respondentes reforçam a necessidade de melhorias nesses projetos, seja em investimento ou em divulgação. No entanto, retomando o que foi dito por Lemos (1981), é preciso questionar não apenas porquê preservar, mas compreender o que se deve preservar e quais os interesses estão envolvidos. Em outras palavras, as políticas públicas no âmbito do patrimônio devem ser compatíveis com a história e as marcas identitárias do seu povo, retratando suas tradições e saberes, não se restringindo à cultura elitista.

Na última questão, em consonância com a pergunta anterior, pediu-se aos participantes para responder: *“Quais ações você sugere para que Fortaleza se torne uma cidade reconhecida pela preservação cultural de seu patrimônio?”*

As sugestões coletadas foram agrupadas em: ações estruturais; ações de divulgação e eventos; ações educacionais e políticas públicas.

**ações estruturais:** valorização dos espaços históricos já existentes, a partir da requalificação e restauração do patrimônio; revitalização do Centro de Fortaleza; construção de mais espaços e centros culturais.

**ações de divulgação e eventos:** campanhas em parceria entre poder público e privado; divulgação online via mídias governamentais; programação para crianças e adultos nas praças e prédios públicos; atrações e eventos culturais; *lives* de shows, feiras com arte, música e teatro.

**ações educacionais:** oficinas e palestras; projetos de conscientização nas escolas (incentivo à cultura local desde os anos iniciais) e comunidades; projetos acadêmicos nas Instituições de Ensino Superior (IES) com ênfase na cultura.

**políticas públicas:** políticas de preservação destinando recursos financeiros; valorização e auxílio para os profissionais da área; desenvolvimento de turismo cultural sustentável.

Observa-se que algumas das ações sugeridas já fazem parte dos esforços empreendidos pelo poder público, especialmente, nos últimos anos da gestão municipal, através da Secretaria de Cultura, como: reforma de equipamentos e promoção de cursos e eventos na área do patrimônio cultural (ver Seção 3.3).

Ressalta-se que, não há como se operar essas ações sem que haja, primeiramente, políticas públicas bem traçadas que levem em conta as características do lugar e as necessidades da população. Porém, como mostra Apolinário (2012, p.56-57), “[...] sabemos que em muitos estados brasileiros as políticas públicas estão longe de valorizar as marcas da história e memória dos cidadãos para que estes reconheçam seus direitos e deveres.”

Como sugerido, também é preciso investimento financeiro para que se possa realizar os trabalhos de requalificação do patrimônio edificado ou ainda na construção de novos espaços. Mas além disso, reforçar a divulgação dos projetos já existentes através das mídias digitais, visto que este é o principal meio usado pelas pessoas para se informar atualmente.

No entanto, chama-se atenção para as ações educacionais, pois acredita-se que este seja o caminho para o fortalecimento das demais ações e a participação ativa de toda a sociedade. Assim, é preciso tornar possível o acesso à informação, a fim de provocar o reconhecimento das pessoas como parte da memória coletiva e, assim, propagar a consciência da preservação cultural.

## 6 CONCLUSÃO

Os estudos voltados para o patrimônio e a cultura se fazem presentes em diversos campos do conhecimento, desde a história, a antropologia, a sociologia, entre outros, o que evidencia a abrangência deste assunto. Assim, devido à natureza interdisciplinar destes temas com a área da Biblioteconomia, decidiu-se lançar um olhar sobre eles. Além disso, recorreu-se ao papel da Educação Patrimonial como estratégia no processo de preservação cultural.

Assim, a realização deste trabalho foi motivada principalmente por reflexões pessoais acerca do cuidado destinado ao Patrimônio Cultural de Fortaleza, tanto pelos gestores quanto pela sociedade. Desta forma, a questão-problema levantada foi: *“A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza pode contribuir para a sua preservação cultural?”*.

Considera-se que a pesquisa teve êxito quanto à questão-problema, pois, foi possível identificar que, de fato, a percepção é relevante para criar laços identitários entre as pessoas e o lugar. A partir do mundo percebido pode-se observar a importância da preservação e, assim, ponderar quais ações são efetivas para que isso se concretize, o que corresponde ao objetivo geral de analisar a percepção do patrimônio de Fortaleza pelos sujeitos, tendo em vista a sua preservação cultural.

O objetivo de abordar os conceitos de cultura e de patrimônio também foi cumprido, pois, os respondentes demonstraram ter conhecimento sobre os elementos que o compõem e por quais motivos são relevantes para a história e identidade da cidade.

Também foi alcançado o objetivo de identificar como os respondentes percebem e o que conhecem sobre o patrimônio cultural de Fortaleza, na medida em que os relatos contam as vivências dos indivíduos na cidade e apontam em que pontos se destacam e em quais carece de melhorias

No que corresponde ao objetivo de apresentar a importância da Educação Patrimonial, acredita-se que tenha sido alcançado, pois, mesmo sem conhecimentos prévios, os respondentes trouxeram definições aceitáveis para o termo a partir do seu conhecimento de mundo.

Como foi dito, pretendeu-se mostrar a relevância deste campo como possibilidade para a preservação cultural. Assim, apontando as ações sugeridas pelos próprios participantes na última categoria, acredita-se que estas possam ser

trabalhadas por meio da Educação Patrimonial, com destaque para as ações educativas.

A etapa de coleta de dados foi satisfatória, visto que se obteve um número suficiente de respostas no pouco tempo em que o questionário permaneceu disponível. Mas, para além da quantidade, o envolvimento dos participantes foi relevante para extrair informações que contribuíram de forma significativa para o estudo.

Inicialmente, houve certa dificuldade quanto ao agrupamento dos dados na análise, por se tratar de um trabalho minucioso e exaustivo, na qual tentou-se organizar de maneira coerente com os objetivos pretendidos.

A partir das análises e discussões, obteve-se os resultados: observou-se que a cidade se destaca tanto por seus aspectos materiais quanto imateriais, sendo mais reconhecida pela presença do humor, da música e da gastronomia. Sendo também fortemente lembrada por seus equipamentos culturais como as praças e teatros. Mas, vale lembrar que Fortaleza é diversa em outras formas de patrimônio que são pouco exploradas.

No entanto, percebe-se que fatores como a internalização de outras culturas, bem como o consumo excessivo das mídias sociais concorrem a atenção com a cultura local, contribuindo para que a memória se perca. Diante disso, torna-se necessário uma melhor divulgação e investimento para que a história e identidade da cidade permaneça viva, valorizando e preservando seus bens culturais.

Conclui-se que esta pesquisa contribuirá para as áreas interdisciplinares na qual se insere, além de que outros estudos possam ser realizados, sob novas perspectivas. Espera-se também colaborar para que se tenha um olhar mais sensível sobre a cultura e o patrimônio, no intuito de manter vivo o rico legado fortalezense.

## REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. 3. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1998. 254p. (Coleção Alagadiço Novo; 40).
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Mário de Andrade**: Cartas de trabalho - correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC/Sphan/FNpM, 1981.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 jan. 2021.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em: 26 jan.2021
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm). Acesso em: 18 jan. 2021.
- BONI, Paulo César; HOFFMAN, Maria Luisa. Guardiã de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/21811/14309>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BORTOLINI, Maria Denise. Percepção: um sensível caminho de conhecimento histórico. **Ágora**, v. 14, n. 30, p. 33-, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13634>. Acesso em: 01 set. 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 24ª ed., 1989.
- CARTERI, Karin Kreismann. Educação Patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 14, n. 2, 30 jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/59>. Acesso em: 15 fev. 2021
- CASA DO PATRIMÔNIO. **Meu quintal é maior que o mundo ou reflexões sobre a Educação Patrimonial**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (org.). **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34. Brasília: IPHAN, 2012.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

FORMAÇÃO de Mediadores de Educação para Patrimônio. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, v. 9, n. 9, 2020.

FORTALEZA. **Lei nº 9347, de 11 de março de 2008**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural e natural do município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o conselho municipal de proteção ao patrimônio histórico-cultural (COMPHIC) e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Fortaleza, ano LV, n. 13.787, 01 abr. 2008. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI-9347-2008>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FORTALEZA. **Lei nº 9989, de 28 de dezembro de 2012**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Fortaleza, ano LX, n. 14.951, 07 jan. 2013. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/images/b/be/LEI-9989-2012.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Uma Fortaleza de Cultura para Todos**: legado da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor). Fortaleza: Secultfor, 2021. 53 p. Gestão 2017-2020. Disponível em: <https://cultura.fortaleza.ce.gov.br/images/LegadoSecultfor/Balanco2017a2020-compactado.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GALENO, Alberto S. **A praça e o povo**: Homens e acontecimentos que fizeram a história da praça do Ferreira. 2.ed. Fortaleza: Stylus Comunicações, 2000. p.85.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. xiv, 200 p.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.25-33.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Loudes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz.; GRUNBERG, Evelina. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.

LE MOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARTINS, Elizabeth Dias. **Três cantos para Fortaleza**. Rev. de Letras, n.27, v.1, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de (2009). **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, v.1.

MENTZ, Patrícia. **Lembranças concretas: a memória social através do patrimônio cultural edificado das bibliotecas**. 2011. 100 f. Monografia (graduação em Biblioteconomia) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37624/000823600.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2020.

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. 2014. 51f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000944186>. Acesso em: 13 set. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n.10, p.12, 1993.

PERTENCIMENTO. In: **Dicionário de Direitos Humanos**. ESMPU, 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acesso em: 12 set. 2020.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212, 1992.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SANTOS, J.L. **O que é cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SANTOS, R. dos. A resignificação da percepção e a intersubjetividade em Merleau-Ponty. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 196-212, 2015. DOI:



10.31977/grirfi.v12i2.660. Disponível em:  
<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/660>. Acesso em: 1 set.  
2020.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores no meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

## APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES

### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: “A percepção do fortalezense sobre o patrimônio cultural da cidade: a Educação Patrimonial na preservação cultural”

#### ***Categoria 1: Perfil dos Respondentes (quanto à naturalidade)***

1. Você é natural de Fortaleza-CE?

Sim  Não

1.1 Se você NÃO é natural de Fortaleza-CE, escolha uma das opções:

- Resido em Fortaleza  
 Conheço ou já visitei Fortaleza

#### ***Categoria 2: A percepção do patrimônio cultural de Fortaleza***

2. Qual a relação entre cultura e patrimônio? Como você define patrimônio cultural?

\_\_\_\_\_

3. Quais dessas categorias você associa ao patrimônio cultural de Fortaleza? (Pode marcar mais de uma opção).

- Artes Plásticas  
 Artesanato  
 Arquitetura  
 Bibliotecas  
 Centro Culturais  
 Festas e Eventos  
 Gastronomia  
 Humor  
 Igrejas  
 Literatura  
 Mercados  
 Museus  
 Música  
 Praças  
 Teatros  
 Outro. Quais?

3.1. Justifique: \_\_\_\_\_

4. Você se reconhece como parte da história e memória coletiva de Fortaleza? Quais vivências, experiências ou lugares relacionados ao patrimônio cultural de Fortaleza colaboraram para a sua identificação ou afeição pela cidade?

---

5. Quais fatores você aponta que contribuem para o esquecimento e falta de interesse pelo patrimônio cultural de Fortaleza?

---

### ***Categoria 3: Educação Patrimonial, suas ações e seus agentes***

6. O que você entende por Educação Patrimonial?

---

7. Com base na sua resposta anterior, você conhece ações ou projetos de Educação Patrimonial em Fortaleza? Quais?

---

8. Quais profissionais você considera capacitados para atuar com a Educação Patrimonial?

---

9. Você acredita que a participação de profissionais como os bibliotecários na mediação de ações ou projetos culturais possa contribuir na promoção e valorização do patrimônio cultural?

---

### ***Categoria 4: A preservação cultural da cidade***

10. Qual a importância da preservação para a cultura, identidade e memória coletiva de Fortaleza?

---

11. Como você observa as políticas de preservação cultural na cidade de Fortaleza? Na sua opinião, existem ações efetivas voltadas para isso?

---

12. Quais ações você sugere para que Fortaleza se torne uma cidade reconhecida pela preservação cultural de seu patrimônio?

---